



ATA N.º 2/2017

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e dezassete, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

PONTO 2 – PROPOSTA DE HOMENAGEM, A TÍTULO PÓSTUMO, AO CIDADÃO ALBERTO ASCENSÃO MENDONÇA;

PONTO 3 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – 4º TRIMESTRE DE 2016. INFORMAÇÃO Nº. 2/DGF/ST2016. - Para conhecimento;

PONTO 4 - LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIOES ALTERAÇÕES –LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRAZO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº. 2/SC/2017. – Para conhecimento;

PONTO 5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016. INFORMAÇÃO Nº 06/DGF/2017 – Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 6 – 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017. INFORMAÇÃO/ PROPOSTA Nº ST/2017. – Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 7 - INTERNALIZAÇÃO DA MARC – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE CHAVES, S.A.. PROPOSTA Nº 42/GAP/2017– Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 8 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO. ANO DE 2016 - Para apreciação, discussão e votação ;

PONTO 9 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES. Para conhecimento;

PONTO 10 – CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA CONSTRUÇÃO DE UM ECOMUSEU, SOBRE O PRÉDIO DENOMINADO “QUINTA DA FREIXEDA”, SITO EM FREIXEDA, FREGUESIA DE VIDAGO (UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIDADGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHAO DAS PARANHEIRAS), CONCELHO DE CHAVES. SUPERFICIÁRIO: VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA Nº 35/GAP/2017. Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 11 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA Nº 36/GAP/2017. Para apreciação, discussão e votação;



PONTO 12 - APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. - BASE LEGAL – ALÍNEAS U) E V), DO N.º 1, DO ARTIGO 33º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES; - ARTIGOS 99º E SEQUINTE DO CPA. PROPOSTA Nº37/GAP/17.

PONTO 13 – TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE POR QUOTAS “EMPREENDEMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA.”, PARTICIPADA PELO MUNICÍPIO, NUMA SOCIEDADE ANÓNIMA. PROPOSTA Nº 41/GAP/17;

PONTO 14 - RECONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE IMÓVEL – REQUERENTE: DELMINO REIS MORAIS. LOCALIZAÇÃO: RUA DE S. JOSÉ Nº 17 – MADALENA. PROCESSO Nº 98/10 – REQUERIMENTO Nº 44/2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 28/DSCH/2017. Para apreciação, discussão e votação;

PONTO 15 – RELATÓRIO E CONTAS DA EHATB. ANO DE 2016. Para conhecimento.

Feita a chamada verificaram-se 77 presenças das 79 que constituem a Assembleia Municipal de Chaves.

Suspenderam o mandato:

Francisco António Almeida Viegas

Maria Manuela Tender

António Manuel Santana Abelha

Francisco António Taveira Ferreira

José Carlos Costa Matos Conceição

António Manuel Pires Almeida

José António Trindade Mendes

Maria Helena da Silva Barreira

Maria da Conceição Martins

Faltaram:

Francisco António Pinto de Barros

Gisela Maria Esteves Espirito Santo

Foram feitas as respetivas substituições.

O Senhor Presidente da Mesa, em exercício, cumprimentou os presentes e desejou a todos votos de bom trabalho.

Referiu-se à proposta apresentada na última sessão da Assembleia Municipal, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, sobre a homenagem, a título póstumo ao Senhor Dr. Alberto da Ascensão Mendonça, dizendo que, mediante parecer da CCDRN essa proposta é declarada nula e consta do Ponto dois da Ordem de trabalhos para ser votada hoje.

Entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia

Intervenções:

Manuel Guerra Afonso do MAI – cumprimentou os presentes e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse:

“É lamentável que tenha que vir aqui pela segunda, terceira, quarta vez falar de questões básicas, elementares, para aquilo que é a vida de qualquer cidadão, que é a água, por exemplo.

O povo não vive de promessas. O povo quer o cano, a água, pressão e que corra na torneira. Anda aqui a enganar-nos, que vai estudar, que vai ver e de concreto, em



Valdanta, nas ruas do Batoco, da Lage e na de Outeiro Machado era bom que as pessoas tivessem água.

Também pela segunda vez tenho que vir aqui falar em questões simples, que não implicam dinheiro. É a boa vontade do Senhor Presidente da Câmara que ao que parece não tem, e dos seus homólogos, Presidentes de Junta, relativamente à toponímia, vivem os seus problemas no dia-a-dia, os carteiros também têm as suas complicações e o Senhor Presidente diz que se vai tratar do assunto, que se vai estudar, que vai ver com os Presidentes de Junta e até ao momento nada. Os problemas subsistem na rua da Lage, Valdanta/Cando, por causa das localidades; na rua de Outeiro Machado, Valdanta/Soutelo. Na estrada que liga Abobeira para Valdanta temos lá o Bairro das Macieiras. Eu não sei se é muito difícil atribuir um nome à rua. Depois há a Travessa das Macieiras, há a Rua das Macieiras, e acho que são muitas macieiras. Não sei se os custos são assim tão elevados para a Junta de Freguesia e para o Município, mas já que Junta não resolve, Senhor Presidente veja se dá uma mãozinha porque as pessoas continuam com os seus problemas relativamente à documentação que lhe vai sendo entregue, ou que vai para outro lado. Acima de tudo que não haja imposição como já surgiu nalgumas situações. Que ouçam as populações, que ouçam os moradores e que decidam em sintonia com.

Uma outra questão relativamente a Valdanta.

Eu devia estar a congratular-me com as tais rotundas que a população pede ao Senhor Presidente da Câmara, com as passadeiras. O Senhor disse que ia estudar o assunto mas de concreto não temos nada. A população continua descontente. Não sei se desta vez vai fazer diligências, se vai estudar o assunto, mas enquanto não virmos lá a obra, até lá é, com todo o respeito, é conversa e nós, o povo, não vive de conversa.

Sobre uma questão que coloquei aqui na última Assembleia, relativamente à margem direita do Tâmega, no espaço que vai da Ponte Romana às Termas, como o Senhor Presidente não percebeu, volto a explicar. Vi que já andaram lá a lavar, a fabricar o solo, num espaço que tem umas árvores, quem vai da Ponte Romana para os armazéns Galtâmega, do lado direito, mas os aspersores não estão danificados, nem mal tratados. Não estão é no sítio certo. Tem de recuar um metro ou dois.

Nesse mesmo espaço, desde a Ponte Romana e alguns metros mais a montante, até à Ponte Nova, eu propunha que colocasse um gradeamento, pensando não só nos flavienses mas também naqueles que nos visitam. É uma proteção. Quiçá se estivesse lá o gradeamento as pessoas nem se afastavam tanto do rio e nem iam pisar nos aspersores. Quem colocou os aspersores tirou mal as medidas porque batem nas árvores ao fazerem o seu percurso de lançamento de água, e se assim o entender tome providências”.

Anselmo José Martins do PS – depois de cumprimentar os presentes disse ter tomado conhecimento da existência de algumas anomalias e que gostaria de ouvir a opinião do Senhor Presidente da Câmara.

“Tomámos conhecimento que haveria alguma dificuldade de atender à requisição, por parte do responsável do Parque de Campismo e das Piscinas Municipais do Rebentão, relativamente a um líquido que servirá para desinfeção das respetivas instalações. Que haverá atrasos na ordem dos seis meses;

Também tomámos conhecimento que a vistoria aos parquímetros não estaria a ser feita, de acordo com aquilo que a Lei estipula;

Que entre as oito e as vinte horas, durante o fim de semana, quem se instala no Parque de Campismo, não terá o respetivo acompanhamento;

Que as câmaras de vigilância da Quinta do Rebentão não estarão licenciadas, como é obrigatório;



Que haverá troca/vendas de animais na Quinta do Rebentão e alguém disse que o Senhor Presidente “teria conhecimento, mas não teria conhecimento” e isto não estará a ser devidamente escrutinado;

Que teriam desaparecido dois cavalos da Quinta Biológica do Rebentão;

Que as reclamações feitas pelos utentes, serão destruídas antes de chegar ao respetivo responsável para lhes dar o respetivo andamento;

Que os animais da Quinta Biológica, ao fim de semana, por ausência de funcionário respetivo, ficam sem ser alimentados;

Que os trabalhos de reparação e manutenção das piscinas do Rebentão, não serão feitos com o calendário desejado.

É sobre estas queixas que gostaria de ouvir a sua opinião, Senhor Presidente”.

Milena Sofia Vieira de Melo do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse:

“A questão do abandono e dos maus tratos infligidos a animais é social e cultural. No nosso país centenas de associações lutam diariamente para combater este comportamento desumano, numa batalha injusta, na grande maioria das vezes. O número de animais abandonados e maltratados supera em larga escala o número de famílias dispostas a adotar e cuidar estes seres, para sempre.

A AAAC – Associação dos Amigos dos Animais de Chaves – fundou-se em Setembro de 1998 para lutar contra o flagelo do abandono. É uma das associações de proteção animal mais antiga do país e eu, enquanto voluntária desta associação, tenho muito orgulho nisso. Esta Associação tem desenvolvido um trabalho magnífico em defesa desta causa. Desde então já deu abrigo, socorreu e tratou milhares de animais, promoveu a sua adoção e esterilizou muitos deles.

Neste momento temos cerca de 120 animais no abrigo, mais os animais de rua (cães e gatos), a quem também prestamos ajuda.

Gastamos cerca de 400 quilos de ração semanalmente e milhares de euros em veterinários e cuidados de saúde.

A Associação sobrevive com imensas dificuldades e sobrevive graças ao trabalho voluntário, de donativos de particulares, dos seus associados, do algum apoio da Câmara Municipal de Chaves, de campanhas de angariação de ração e da realização de feirinhas para angariação de fundos.

Infelizmente é um problema social, mas poucos querem saber disso.

A Associação tem como OBJECTIVOS:

- Proteger os animais abandonados, promovendo o seu bem-estar e procurando-lhes um dono responsável;
- Incentivar à esterilização dos animais;
- Criar um abrigo para os animais sem lar;
- Sensibilizar e educar a população para esta causa, no sentido de proteger outros seres e fazer-lhes entender que tal é sinónimo de progresso. E não posso deixar de citar o grande líder espiritual e pacifista indiano Mahatma Gandhi “A grandeza de uma nação pode ser julgada pelo modo que os seus animais são tratados”;
- Colaborar com entidades públicas e privadas nesta causa;
- Promover ações de sensibilização nas escolas;
- Defender os direitos dos animais, fazendo respeitar a legislação vigente;
- Denunciar casos de maus-tratos e abandono.

COMO AJUDAR A ASSOCIAÇÃO:

- Fazendo-se sócio da Associação;
- Adotar / Apadrinhar um animal;
- Sendo FAT (família de acolhimento temporário);
- Fazendo um donativo;
- Oferecer: medicamentos; produtos de limpeza e materiais de construção;
- **Fazer voluntariado*** no abrigo (A A.A.A.C. precisa de voluntários.)

Sou voluntária nesta Associação há 14 anos.



Noto que, na sociedade em que vivemos, é cada vez mais difícil incutir nos jovens o espírito de voluntariado, com vista a uma sociedade mais altruísta e solidária.

Decidi, por isso, ser voluntária e a envolvimento com esta causa tem sido tanta que, neste momento, mais que voluntariado é um estilo de vida.

FALANDO DE VOLUNTARIADO...

Relativamente à questão do voluntariado, fica aqui uma sugestão que o Sr. Presidente poderia aproveitar para pôr em prática na nossa cidade.

No ano de 2011 foi proclamado Ano Europeu das Atividades de Voluntariado que promovem uma Cidadania Ativa, pelo Conselho da União Europeia.

- Considerando que nas sociedades em rápida mutação, como a nossa, se torna aconselhável garantir medidas eficazes às atividades de voluntariado, de forma a promover, ao nível social, o desenvolvimento sustentado e sustentável;
- Uma vez que as atividades de voluntariado constituem uma experiência enriquecedora, que permitem o desenvolvimento de capacidades e competências sociais e contribuem para a solidariedade;
- Já que a promoção da cidadania ativa é um elemento chave do reforço da coesão e da consolidação da democracia;
- Tendo em conta que o conhecimento académico que cada vez mais os flavienses se vêm munidos, bem como energia de que são detentores, podem ser uma mais-valia para o desenvolvimento social do nosso concelho;

Mediante estes considerandos, sugiro que seja criado, pela autarquia da nossa cidade **UM PROGRAMA DE VOLUNTARIADO JOVEM.**

Os objetivos principais deste Programa passariam por:

1. Valorizar e fomentar nos jovens o espírito de voluntariado, com vista a uma sociedade mais altruísta e solidária;
2. Proporcionar experiências, aos jovens voluntários, que potenciem a respetiva empregabilidade futura (preferencialmente nosso concelho);
3. Sedimentar as ligações afetivas dos flavienses a Chaves através do desenvolvimento do sentido de pertença;
4. Promover o voluntariado como forma de participação responsável socialmente.

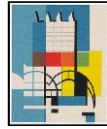
Sugiro, ainda que, as principais áreas de intervenção sejam determinadas em função das potencialidades da nossa cidade: a nível da saúde; turismo e património; termalismo; desporto; educação; cultura; proteção civil e proteção da natureza/animais, por exemplo. **(Fica a sugestão, Sr. Presidente!)**

A desumanidade do abandono.

O ABANDONO é uma realidade e vemos cada vez mais animais abandonados durante o período das férias. Mas este problema não se resume apenas ao simples e horrendo facto do abandono, pois projeta-nos para problemas mais graves, começando logo pela exposição dos animais a ambientes completamente diferentes do habitual. Estes novos ambientes despertam nos animais os seus instintos naturais básicos, o que leva as pessoas a pensar “ele vai conseguir sobreviver...”. O que a maioria das pessoas não sabe ou se esquece é que, apesar dos animais terem esses instintos nos seus genes, não significa que se adaptem com êxito pois não foram ensinados a ser independentes, ou seja, como por exemplo, não foram ensinados a caçar pelos progenitores. Normalmente são criados num ambiente familiar desde bebés o que os leva a não precisarem de desenvolver os seus instintos. Depois ainda vem o problema das possíveis epidemias a que ficam expostos. A maioria dessas epidemias são transmissíveis, quer aos animais quer ao ser humano.

Relativamente à importância dos animais de estimação:

Ninguém tem dúvidas que os animais domésticos são grandes companheiros e fazem muito bem a todos (tanto crianças como adultos). No caso dos adultos, principalmente aqueles que vivem sozinhos, os animais são como um membro da família, compensando as necessidades de afeto e atenção que só os animais nos



sabem dar. Para as crianças, além de companheiros leais a todas as horas, os animais também servem para ajudar a criança a aprender as coisas do dia-a-dia, pois mostram de forma acelerada as principais fases da vida (nascer, crescer, adoecer, sofrer acidentes, cuidar de si, morrer). Além disso, os animais ajudam a criança a desenvolver o sentido da responsabilidade, visto que precisam de constantes cuidados. Os animais de estimação também ajudam a diminuir os estados de ansiedade, tédio e medo e desenvolvem uma melhor capacidade de integração e uma melhor concentração na escola.

E falando de toda esta problemática do abandono, não poderia deixar de fazer uma referência ao Orçamento Participativo 2016 em que a proposta vencedora foi a construção de um “Canil/Gatil da Associação dos Amigos dos Animais”.

Dado o elevado crescente abandono que se tem verificado na nossa cidade houve, desde sempre, o sonho de ter um espaço digno para os nossos animais.

Eu, como Presidente e em representação da Associação dos Amigos dos Animais de Chaves, apresentei inserido no Orçamento Participativo 2016, um projeto para a Construção de um canil/gatil para animais errantes, com todas as infraestruturas necessárias e legalmente exigidas para o seu bom funcionamento, com um valor estimado de € 190.000,00.

Este projeto, inserido no âmbito da Requalificação Urbanística e Construção e/ou Requalificação de Equipamentos Públicos, venceu com 1043 votos (vitória esmagadora) com uma diferença de mais 558 votos da proposta que ficou em segundo lugar, na mesma componente, com 485 votos.

Graças ao excelente trabalho desenvolvido pelas voluntárias desta Associação e ao **imensurável** esforço dos flavienses conseguimos vencer este projeto.

Mais uma vez a nossa cidade será conhecida pela forma como trata os animais.

Obrigada a todos que participaram e ajudaram, pois desta forma tivemos oportunidade de ver concretizado o sonho de muitos”.

PENSEM NISTO, SEJAM SOLIDÁRIOS E CONTRIBUAM PARA ACABAR COM UM DOS MAIORES PROBLEMAS NO NOSSO PAÍS, OS ANIMAIS ABANDONADOS! ESTAMOS NO TOPO A NÍVEL MUNDIAL!

Nuno Vaz Ribeiro do PS – cumprimentou o Senhor Presidente em exercício e na sua pessoa todos os presentes e desejou rápidas melhores ao Senhor Presidente da Assembleia.

Disse partilhar a questão apresentada pela Senhora deputada Milena Sofia Vieira de Melo.

Temos de reconhecer o trabalho notável desenvolvido à frente da Associação de Animais Abandonados, com a qual todos nós temos a obrigação de ser solidários e contribuir para que os nossos animais tenham, também, uma vida condizente numa sociedade que chamamos de moderna e solidária.

A questão anterior suscita-me a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara qual é o ponto da situação dos projetos vencedores no Orçamento Participativo, no domínio do investimento. Em que fase se encontra cada um dos três projetos ganhadores. Se algum deles está em execução em obra ou se ainda estão em projeto.

Este é o momento de fazer um balanço de quatro anos de gestão deste Presidente da Câmara, não esquecendo que esse balanço tem por referência doze anos de uma gestão que é uma gestão irmã/única e não demos perder de norte esse horizonte temporal que são dezasseis anos.

Pergunto estamos melhor ou pior do que há dezasseis anos atrás? Façamos aqui uma breve retrospectiva e façamos essa análise, com base nalguns parâmetros.

Em termos económicos estamos melhor hoje ou há dezasseis anos atrás? Temos mais empresas, mais atividades económicas? Temos um setor associativo mais forte? Coeso? Temos dinamismo comercial? Temos uma cidade próspera, com



capacidade de atração? Somos líderes de uma região? Somos reconhecidamente dos melhores no subterritório em que nos inserimos?

As nossas cooperativas faliram, aconteceu o encerramento de empresas, os grandes investimentos na área do empreendedorismo, por parte do município faliram – MARC, Plataforma Logística. Tem dificuldade em arrancar e demonstrar a relevância económica que todos desejamos e é necessária que tenham, as Termas de Chaves. Encerrou também uma unidade de cuidados continuados e, parece que, na perspetiva económica, hoje estamos mais frágeis. Temos uma situação bastante mais debilitada com manifesta incapacidade de atrair atividades económicas e sobretudo fixar a população, nomeadamente a população mais jovem.

Faço aqui uma ressalva muito particular, de um aparente dinamismo na área da hotelaria.

A nível demográfico pergunto se hoje temos mais população do que há dezasseis anos? Consultando a estatística publicada pelo INE percebemos que temos menos população residente, menos população jovem, menos população em idade fértil e há, por esse motivo, uma grande preocupação com o nosso futuro.

A nível social estamos hoje numa situação mais capacitante ou continuamos com muitas fragilidades? Foi feito tudo o que seria necessário neste domínio? Houve aqui uma relação de parceria, de rede, de envolvimento entre as instituições, nomeadamente as líderes da área social? Essa parceria/rede foi feita com a Misericórdia? Foi feita com as demais IPSS do Concelho? Ou ao invés, criou-se uma Associação que visou competir com outras instituições, apenas numa lógica de compadrio?

Passados dezasseis anos qual é a situação financeira da Autarquia? Está melhor ou está pior? A Câmara de Chaves, em quatro anos, pagou mais de seis milhões em juros bancários e comerciais.

Deixo uma nota para reflexão. Se a situação financeira da Câmara é efetivamente aquela que nós desejávamos, e que seria tão importante para fazer aquilo que é necessário, para termos os fundos disponíveis, para fazer o investimento necessário na requalificação integral da rede viária, na execução de obras essenciais.

Depois de dezasseis anos, depois de nos terem prometido que iríamos ter uma piscina coberta, não era suposto que hoje pudéssemos usufruir dessas condições? Praticar desporto fazer aquilo que todos merecemos?

Na minha perspetiva não foi por falta de recursos mas sim por falta de definição de prioridades. A única razão para não termos uma piscina coberta é porque não foi prioritária.

Não era suposto termos também um espaço renovado de apoio ao associativismo, à prática desportiva, permitindo que os atletas, os praticantes, as associações tivessem um pavilhão desportivo novo? Dezasseis anos depois continuamos com o velho pavilhão que honrosamente continua a desempenhar a sua função.

O que dizer também da circunstância de não termos ainda um espaço com as condições necessárias para fazer a amostra das nossas competências, do nosso saber, dos nossos produtos. Não temos um espaço como a maior parte dos outros concelhos do país têm e onde possamos fazer os eventos mais relevantes, de promoção e de afirmação do território, um pavilhão multiusos.

São três investimentos que eram exequíveis porque os fundos financeiros a afetar a estes investimentos eram de pequena relevância e não os temos. Os seis milhões de juros dariam para fazer todo este investimento.

Passados dezasseis anos o que dizer da situação calamitosa que temos na rede viária? Agora porque estamos em anos de eleições é preciso fazer algumas requalificações. Isso não devia ter sido feito há três, quatro, cinco, sete, oito anos? Porque é que não se fizeram os investimentos necessários há mais tempo?

As necessidades básicas não foram feitas.



Durante muito tempo ouvimos dizer que não se fazia a requalificação e pavimentação de algumas vias porque era preciso intervir ao nível do subsolo; que era preciso alterar a redes de água e saneamento. Nas requalificações que estão previstas acautelou-se esse tipo de intervenções?

E o que dizer daquilo que era o nosso orgulho? A cidade jardim? Hoje temos uma cidade cujas praças não são aceites. As pessoas não se identificam. É uma cidade que temos de mudar e colocar conforme o gosto dos cidadãos.

Francisco José Teixeira S. L. Preto do **MAI** – depois de cumprimentar os presentes disse que não concorda com a prática que a Mesa adota ao perguntar aos membros no início de cada ponto, quem quer intervir. Que desta forma acaba por se inscrever sem saber se vai intervir ou não. Entende que enquanto cada Grupo tiver tempo disponível se possa inscrever em qualquer altura.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício informou o Senhor deputado que cada membro da Assembleia se pode inscrever, desde que tenha tempo disponível, dentro do seu Grupo Municipal.

Continuando a sua intervenção o Senhor deputado Francisco Preto disse que não gosta de falar sobre coisas que não tenham muito interesse.

Gosto de participar nos trabalhos e muitas vezes fico sem saber, se devo ou não intervir, dependendo do assunto que é tratado. Muitas vezes não posso ficar indiferente àquilo que ouço dizer e embora a intervenção do membro da Assembleia, Dr. Nuno Vaz, não me seja diretamente dirigida, verifico que as coisas funcionam em termos de comício/campanha eleitoral. E como cidadão que não está preocupado em fazer campanha eleitoral, gostaria de perguntar. Os portugueses estão melhor agora ou há dezasseis anos? Os espanhóis estão melhor agora ou há dezasseis anos? E os franceses?

A verdade é que estamos todos pior agora do que há dezasseis anos. Não é só ao nível da autarquia que as coisas devem ser vistas. Nós estamos em Chaves, mas estamos em Portugal. Os Vila-realenses não têm os jardins na Avenida Carvalho Araújo, os portuenses não têm os jardins na Avenida dos Aliados; as coisas mudam. Eu costumo dizer que só os burros é que não mudam de opinião. Com isto não tenho intenção de insultar ninguém mas sim reafirmar que as pessoas podem mudar de opinião.

Há anos atrás eu defendi que o Jardim das Freiras era bonito, que dava para passear, mas a verdade é que hoje temos outros sítios bonitos que na altura não tínhamos.

Dá-me a impressão de que as pessoas confundem os partidos políticos com clubes de futebol. Quando uma pessoa é adepta do Porto tem de falar sempre mal do Benfica e vice-versa. Aqui também me parece que quem é do PS tem de falar sempre mal do PSD e vice-versa. Entendo que não deve ser assim.

Temos de reconhecer que o trabalho que agora foi feito no antigo Largo das Freiras é um trabalho realmente positivo. Estamos a um nível daquilo que se faz noutras cidades.

É certo que estamos em tempo de pré campanha eleitoral mas estar sempre a deitar abaixo aquilo que se faz não me parece bem e, em termos de Assembleia Municipal eu gostava que avançássemos um pouco mais.

António José dos Santos do **PSD** – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Em meu nome pessoal, proponho à digníssima Assembleia Municipal de Chaves, reunida em sessão ordinária, a cinco de abril do ano de dois mil e dezassete, que seja atribuído um Voto de reconhecimento à Senhora Professora Dra. Maria Luísa Vieira Ribeiro da Maia Bandeirinha, como expressão de apreço pela sua abnegação e competência à causa pública da educação, posta ao serviço da região do concelho de Chaves e de muitos flavienses, enaltecendo o seu contributo como



Presidente/Diretora da Escola – Agrupamento Dr. António Granjo, particularmente pelos seus quase dezoito anos na liderança das suas escolas e pelos seus serviços prestados.

A apresentação deste voto na Assembleia Municipal, tem por base o facto de:

- Se aproximar o final de mais um mandato em que cessa funções por não ter aceitado ser reconduzida no cargo.

- É justo reconhecer, no exercício das suas funções, o excelente trabalho em prol da comunidade educativa, mas muito concretamente na defesa intransigente dos interesses individuais e coletivos dos alunos que frequentaram as escolas, sob a sua direção, durante anos.

- Não se ignorando o seu esforço e dedicação com os seus valiosos contributos para o sucesso escolar e educativo de todos aqueles que estudaram nas Escolas por si dirigidas, uma melhoria no funcionamento da organização escolar e sempre atenta à realidade específica de cada aluno na sua condição de pessoa humana.

- De reconhecer também, a sua capacidade de diálogo, as suas convicções pelas causas da educação, de respeito pelos outros e de um trato muito afável e cordial.

Face ao exposto, proponho à Assembleia Municipal de Chaves que delibere atribuir à Senhora Professora Luísa Bandeirinha, um Voto de reconhecimento como expressão de apreço pelo trabalho desenvolvido em prol da educação da região, do concelho de Chaves e dos flavienses, enaltecendo o seu contributo como Presidente/Diretora da Escola/ Agrupamento Dr. António Granjo, durante quase duas décadas e pelos bons serviços prestados à comunidade educativa”.

A proposta foi aceita e foi posta à votação. Aprovada com 55 votos a favor, e 10 abstenções (4 do PSD e 6 do PS).

Anselmo José Martins do **PS** - apresentou a seguinte declaração de voto: “conheço a pessoa em causa, não conheço suficientemente o trabalho dela, e acho que se abre aqui um precedente. Outros diretores de escola deste concelho certamente merecerão o mesmo tratamento, razão pela qual me abstive”.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – começou por desejar as melhoras as Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Francisco Viegas e depois de cumprimentar os presentes referiu a questão do Hospital de Chaves.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro quando falou no que tinha piorado no concelho esqueceu-se da saúde.

A degradação da Unidade Hospitalar de Chaves prossegue. É inequívoca, inquestionável e está no limite da viabilidade do Hospital, tal como nós o concebemos.

Estranho o silêncio dos autarcas. De uma forma indireta já o disse aqui nesta Assembleia e não sei que artes, simpatia, que forma o atual Conselho de Administração tem para conseguir um sério silêncio, cúmplice, dos autarcas. É que eu vejo muito poucas bases para estarem calados. Mesmo muito poucas.

Tal como referi, quando levantei a questão nesta Assembleia, aprofundam-se os dados que indiciam que depois das obras de requalificação do Bloco Operatório, este será encerrado. Quando levantei aqui a questão não o fiz por demagogia, nem por falso alarmismo mas há um conjunto de dados que reforça essa possibilidade.

O ambiente do Hospital vai se afundando lentamente. O ambiente na área cirúrgica está péssimo. Como exemplo das necessidades neste momento e para não haver um colapso da urgência de cirurgia, é o diretor clínico que, com muita regularidade, tem vindo a fazer cirurgias. Em rigor poder ser uma forma de tapar o sol com a peneira, não sei por quanto tempo.

As preocupações não advêm de nenhuma maledicência, nem de nenhum falso alarmismo. Tem havido reuniões onde as questões têm sido levantadas e as preocupações estão em cima da mesa. Como é de prever, nunca será antes das eleições autárquicas porque isso seria mau para a autarquia e seria mau para a



candidatura do Partido Socialista. Mas a situação está aí e continuo à espera de saber até onde vai o benefício da dúvida que os autarcas concederam e, para não haver confusões, volto a dizer: a questão é de política nacional e é do Governo. Também é do Conselho de Administração, mas não estou aqui a levantar uma questão sobre o Conselho de Administração. É sobre a política nacional e sobre o Governo; sobre a forma como este Governo e como outros governos anteriores do PS e do PSD, estão a dismantelar o serviço Nacional de Saúde, usando sempre a frase hipócrita que sempre usaram, de que querem o fortalecimento do SNS. Eu não conheço ninguém em Portugal que não defenda o fortalecimento do Serviço Nacional de Saúde. Mas conheço muitos que, de uma forma sistematizada o estão a enfraquecer.

Deixo aqui o alerta e o desafio também ao Partido Socialista. Pergunte-se, esclareça-se porque eu vou recordar. A requalificação do Bloco Operatório foi uma “invenção”, das estruturas internas do PSD, que vem de há anos, e nessa altura a CDU levantou a questão dizendo que ninguém é contra a qualificação de qualquer estrutura do hospital. Não era essa a principal prioridade; não era nessa altura e não é agora. Vamos ver se com isto não vai acontecer o mesmo que aconteceu com a Linha do Corgo em que anunciaram o seu encerramento para a qualificar e não voltou a ser reaberta. Há responsabilidades sérias e isto não é só a simples questão, já por si muito séria, da urgência médico-cirúrgica. É o colapso do Hospital. O Hospital tal como o conhecemos não pode subsistir sem o Bloco Operatório. Fica aqui o desafio ao Partido Socialista e ao Presidente da Câmara.

Presidente da Junta de Freguesia da Madalena e Samaiões, Luís Dias de Carvalho – depois de cumprimentar os presentes disse:

“O projeto de remodelação da Praça General Silveira, cuja obra foi concluída, “gerou” nos últimos meses muitos comentários dos flavienses, nos lugares públicos de convívio e nas redes sociais.

A intervenção pública é um ato de cidadania num Estado Democrático, quando é feita de forma ponderada e analítica. Mas nem sempre assim é porque os “Velhos do Restelo”, com argumentos mais descabidos, apenas realçam um revivalismo doentio que pretende “ressuscitar” o Jardim das Freiras que permanece no imaginário de muitos flavienses.

Curiosamente este jardim foi dismantelado no ano de 2001, a fim de aí ser construído um parque subterrâneo, quando os representantes da Câmara Municipal do Partido Socialista estavam à frente dos destinos da Autarquia. Lembrem-se?

O projeto gerou uma onda de contestação na sociedade flaviense e na Assembleia Municipal.

O projeto não se concretizou e foi feito um novo projeto para a superfície que não colheu a simpatia de muitos flavienses e entrou em degradação total.

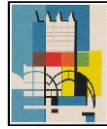
Em boa hora a atual Câmara Municipal presidida pelo Senhor arquiteto António Cabeleira, com esta remodelação, conferiu à Praça General Silveira a dignidade que ela merecia, quer no sentido estético, quer funcional.

A estética reflete o passado histórico e multiseccular, nomeadamente a calçada portuguesa decorada com motivos clássicos. Por isso, tem um enquadramento perfeito no Centro Histórico de Chaves.

A presença de repuxos de água, que são multicolores à noite, confere a esta Praça uma rara beleza e ao mesmo tempo vão refrescá-la no Verão, pondo fim à conotação de “EIRA”, como, pejorativamente tinha sido batizada.

Também o acréscimo de árvores e canteiros floridos vem restituir à Praça, arejamento e beleza.

Esta Praça, agora concluída, passa a ser um local moderno e multifuncional, onde podem ter lugar eventos culturais e lúdicos.



Por todas estas razões que aludi, não posso deixar de expressar nesta Assembleia Municipal, o meu reconhecimento e felicitar a Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, arquiteto António Cabeleira.

Os flavienses estão agradecidos por lhe devolver esta magnífica Praça. Bem-haja. Continue na senda do progresso do nosso concelho”.

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD – cumprimentou os presentes e disse que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata gostaria de felicitar o executivo municipal pela recém-criada Rede Termal do Eixo Atlântico, que é presidida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves e Presidente da Eurocidade Chaves/Verin, eleito no passado mês de fevereiro pelos autarcas e representantes das cidades e vilas termais do Norte de Portugal e da Galiza, por unanimidade.

De sublinhar o enorme potencial termal que representa, quer a euro-região do Norte de Portugal e da Galiza, quer a Eurocidade de Chaves/Verin, quer muito em particular o concelho de Chaves, pela qualidade, pela quantidade e pela diversidade de águas termais que esta Região tem. A Rede Termal constitui mais um impulso para a promoção deste território abrangido pelo Eixo Atlântico e pelo potencial termal que a representa.

Sobre a questão colocada se Chaves está melhor ou pior do que há dezasseis anos, o Grupo Municipal do PSD entende que está, inequivocamente, muito melhor. E está muito melhor precisamente pelo investimento que tem sido realizado nestes cerca de dezasseis anos.

Investiu-se na Educação e como exemplo aponto a recuperação, reparação e conservação dos edifícios escolares e a construção do Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade.

Investiu-se na Ação Social, com apoio à habitação, com a construção de infraestruturas como o Centro de Convívio da Madalena, o Centro Social da Várzea e muitos outros. São muitos os exemplos e como o tempo é pouco não é possível citá-los todos.

Investiu-se na Cultura, no Património Histórico, no Desporto.

No Desporto construiu-se o Pavilhão da Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro, e fez-se a recuperação do Pavilhão Municipal e os vários polidesportivos que foram construídos nas várias freguesias do concelho.

A Piscina Municipal coberta que temos na cidade foi construída precisamente por uma Câmara de gestão Social-democrata e estamos certos de que será também um executivo Social-democrata que irá construir a nova piscina coberta.

Estamos melhor ao nível dos Serviços, ao nível do Património Municipal, ao nível das Acessibilidades em várias vias do território municipal, em Chaves enquanto concelho e não apenas enquanto cidade.

Estamos melhor ao nível da Requalificação Urbana, da Valorização Ambiental que foi feita com a execução de muitas redes de saneamento, dos protocolos e nas obras que foram executadas em parceria com as Juntas de Freguesia.

Estamos melhor ao nível das Atividades Económicas, quer no Mercado de Chaves, quer no Mercado de Vidago, quer no Mercado do Gado. Isto para dar apenas alguns exemplos.

De referir também que em 2002, a dívida do Município de Chaves, rondava, sensivelmente os vinte e dois milhões de euros e, depois de todo este tempo, depois de tantos investimentos feitos, tantas obras, tanto desenvolvimento que os executivos liderados pelo Partido Social Democrata trouxeram ao nosso concelho, hoje a dívida ronda os vinte e sete milhões de euros. O que foi feito foi pago. Quem pretende fazer passar a mensagem de que nada foi feito não vai conseguir. Nós, Partido Social Democrata, estamos certos que essa mensagem não passa porque a obra é bem visível e fala por si.



A evolução do Património Municipal, na sequência do investimento realizado, foi muito significativa. Em 2002 o valor do Património rondava os sessenta e três milhões de euros. Os dados que tenho em meu poder são relativos a 2013 e já nessa altura o Património Municipal rondava os duzentos e trinta e cinco milhões de euros.

Nós, Sociais-democratas estamos convictos que os flavienses saberão reconhecer todo o trabalho que foi feito ao longo destes cerca de dezasseis anos, porque eles têm memória, mesmo que para alguns seja preciso avivar essa memória.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Pediu que fosse reafirmado o valor total da dívida do Município em 2002. Na sua opinião o valor da dívida do Município, nessa data seria de catorze milhões de euros e o número que o Senhor deputado Nelson Montalvão referiu está errado.

O Senhor Presidente da Câmara depois de cumprimentar os presentes respondeu às questões anteriormente colocadas.

O Senhor deputado Manuel Guerra referiu a questão da falta de água em determinado Bairro de Valdanta. Na opinião do Senhor deputado quando uma situação é colocada, mesmo que implique dotação financeira, tem de ser resolvida de um dia para o outro. Infelizmente as coisas não são assim na Câmara Municipal de Chaves, como não são assim no país. Se assim fosse era fácil. Bastava que na Assembleia da República um deputado de qualquer partido colocasse uma questão nacional, o governo de imediato resolvia; bastava que alguém dissesse que o Sistema Nacional de Saúde está uma desgraça e no dia seguinte, o Senhor Ministro da Saúde, através de despacho resolvia todas as dificuldades.

Disse e reafirmo que está a ser feito o projeto para reforço do abastecimento de água a Valdanta e a Soutelo. Em relação a Soutelo temos uma candidatura aprovada no âmbito do Programa POSEUR.

No que respeita à toponímia vamos fazer chegar a ata desta sessão da Assembleia Municipal à Comissão de Toponímia, para que possa avaliar as situações que mencionou.

No que respeita às passadeiras, nem sempre a nossa opinião individual está de acordo com a da maioria das pessoas. Se assim fosse a resolução das ações seria muito complexa. Senão vejamos: o Senhor deputado quer as rotundas/passadeiras em determinados locais, mas vem outra pessoa e diz que não concorda consigo e pretende que sejam colocadas noutra local. Para isso é que existem Serviços com Técnicos para avaliar as propostas que vão sendo apresentadas, que nem sempre são exequíveis. Umas vezes por questões de segurança, outras por outra razão qualquer.

O povo não vive de conversas e por isso é que de quatro em quatro anos é chamado às urnas para avaliar a conversa. É a democracia.

Quanto aos aspersores na zona do Tabolado a questão será colocada aos Serviços Técnicos da Autarquia competentes para avaliar.

Quanto à colocação de um gradeamento para proteger a margem do rio devo dizer-lhe que dei essa ordem aos serviços há relativamente pouco tempo. Ordenei aos serviços que estudassem a possibilidade da colocação de um gradeamento. É recorrente as pessoas pedirem isso. Como todos se recordam aquela margem sempre foi assim, e não há memória de algum dia ter caído alguém ao rio. Vai ser resolvido e obrigado pela sugestão.

O Senhor deputado Anselmo Martins colocou um conjunto de situações que dizem respeito exclusivamente, à Empresa Municipal. Essas questões serão enviadas à Administração da Empresa para esta lhe poder responder.

Revejo-me na intervenção que fez a Senhora deputada Milena Melo e tomei nota da sugestão relativamente ao Programa para o voluntariado jovem.

O projeto de arquitetura para construção do canil encontra-se elaborado. Devo dizer que o referido projeto foi oferecido pela Associação os Amigos dos Animais, a quem



deixo desde já o meu muito obrigado. Como se trata de uma obra de ordem sanitária e saúde pública, tem de recolher pareceres de outras instituições. Logo que o projeto esteja aprovado a obra será posta a concurso.

O Senhor deputado Nuno Vaz colocou várias questões, às quais passo a responder: *Orçamento Participativos na componente I – obra física.*

O primeiro projeto vencedor foi a iluminação das pontes; foi executado. As pontes estão iluminadas.

O segundo projeto que venceu foi para construção de uma *Ciclovía em Vidago, integrado no grande projeto da Ciclo Via - limite do concelho com Vila Pouca de Aguiar e limite do concelho com Verin.* O projeto de execução está pronto, simpatia da Junta de Freguesia de Vidago que o ofereceu e a quem desde já agradeço. Ainda não foi colocado a concurso porque temos uma candidatura ao Programa POCTEP - Programa Operativo Transfronteiriça Espanha Portugal, mais conhecido por INTERREG, que ainda não foi aprovada. Os projetos candidatados a este programa, a nível nacional, ainda não foram aprovados. Sabemos que vai ser aprovado mas não sabemos em que percentagem. O Regulamento determina que só são elegíveis as obras que são executadas, após a aprovação da candidatura. Isto significa que não podemos abrir concurso sem que a candidatura seja aprovada para não perdemos o financiamento. Essa informação já foi transmitida ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago para que a transmita à população que maioritariamente votou essa proposta. Esperamos que a situação esteja resolvida no espaço de pouco tempo e então colocaremos a obra a concurso público.

O Orçamento Participativo tinha e tem verbas. Mandam as regras da boa gestão e do bom senso que se pudermos aproveitar os financiamentos, não demos perdê-los, tanto mais que não é uma obra de urgência determinante.

Quero que os membros da Assembleia façam o balanço do mandato mas neste momento devem fazê-lo relativamente aos últimos três anos decorridos. O orçamento aprovado para o quarto ano está a decorrer, não está concluído.

Apesar de ser recorrente ir buscar o passado, embora não faça sentido, devem fazer o balanço de quinze anos e não de dezasseis como o Senhor deputado Nuno Ribeiro fez. Mas se recuarmos atrás e compararmos os doze anos de mandato, de gestão PS (desde 1990 até 2002), com os doze anos seguintes de gestão PSD (desde 2002 até 2013) pergunto qual foi o grande equipamento público construído pela gestão socialista durante esses três mandatos? Apontem um porque eu não conheço nenhum.

A *Piscina Municipal* que já está um pouco degradada foi construída na década de oitenta pelo Eng.º Branco Teixeira e é verdade que estamos a necessitar de uma nova; o *Pavilhão Municipal* que se encontra em bom estado de conservação, também foi construído pelo Eng.º Branco Teixeira nessa mesma década de oitenta.

Voltando aos doze anos de gestão social-democrata em que exerci as funções de Vice-Presidente da Câmara, verificamos que foi construído um conjunto de obras a rondar os cem milhões de euros de investimento em equipamentos e que são do conhecimento de todos. Aliás esse conjunto de obras foi oportunamente enviado para todos os membros da Assembleia via email.

Foi este Centro Cultural onde funciona uma Academia de Artes que mudou radicalmente a nossa dinâmica cultural; Chaves é hoje uma cidade diferente em termos culturais. O mérito não é da Câmara Municipal, mas a verdade é que se a Autarquia não tivesse alterado o projeto que herdou e não tivesse tido a ousadia de ter construído este equipamento, não haveria hoje em Chaves a Academia de Artes.

Estamos melhor ou estamos pior?

Naturalmente que me revejo na intervenção feita pelo Senhor deputado Nelson Montalvão quando diz que estamos muito melhor. Mas essa é a verdade inequívoca.



Estamos muito melhor em todas as áreas, com exceção da perda de população que não é problema apenas de Chaves. É um problema nacional.

Mas se a perda de população é indicador de insucesso, entendo que apesar do insucesso, o concelho de Chaves é aquele que tem menor insucesso porque os municípios vizinhos têm insucesso muito superior nesta matéria. Se tiverem o cuidado de verificar os dados oficiais podem ver quais os concelhos do Alto Tâmega que mais população perderam.

As estatísticas nacionais sobre a projeção demográfica para Portugal dizem que até 2060 vamos perder quatro milhões de habitantes.

Não sei se temos mais empresas hoje do que aquelas que tínhamos em 2001. O que sei é que no passado recente assistimos em Chaves à construção e inauguração de áreas comerciais significativas que vão gerar emprego. É verdade que a maior parte desse emprego é precário mas é assim em todo o país e isso tem a ver com a dinâmica que os sucessivos governos deixaram instalar. Eu não me revejo nesse modelo de contratos precários mas a verdade é que esse é o modelo mais usual que hoje existe no país. Infelizmente os grandes grupos económicos de distribuição, do ramo alimentar, adotam esse modelo de contratação mas a culpa é dos governos que não publicam legislação para mudar isso.

Falou na *Cooperativa Agrícola* falida. Lembro-lhe que a Câmara já por duas vezes comprou património à Cooperativa, precisamente para evitar que se afundasse. A Câmara Municipal não tem instrumentos que lhe permitam estabelecer medidas de política para o setor agrícola. Estamos a falar de áreas que são de caráter nacional. É o mesmo que a saúde e a educação.

Se a Cooperativa não está bem e se ainda hoje existe foi graças a dois balões de oxigénio que a Câmara injetou quando lhe comprou o património.

Sobre a Unidade de Cuidados Continuados já aqui foi dito tudo o que havia para dizer. A Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade nas decisões que foram tomadas sobre este equipamento.

O Senhor deputado disse que se verifica um aparente dinamismo na área de hotelaria.

Aparente dinamismo?

Verifique as estatísticas do número de dormidas havidas em Chaves e verifica que tem vindo a crescer de ano para ano. E não será por caso, até porque os empresários não costumam brincar com o seu dinheiro, que estão em construção dois hotéis na cidade de Chaves mais a requalificação do Hotel Aquae Flaviae e em Vidago para além da requalificação do Hotel do Parque, está bastante adiantado o projeto para um novo Hotel de charme.

Eu não conheço nenhum outro município em Trás-os-Montes que tenha este dinamismo. Comparem o nosso parque hoteleiro com o de Vila Real, que ao nível de Trás-os-Montes e Alto Douro é o concelho com maior dinamismo, graças à política dos vários governos que só fazem planos para as capitais de distrito.

Perguntou que foi feito na área social. Em 2001 havia no Concelho de Chaves quatro lares para a terceira idade. Três da Santa Casa da Misericórdia (o antigo hospital, o de Vilar de Nantes e o terceiro em Vidago) e a Casa de Santa Marta. Daí para cá surgiu um número muito importante destes equipamentos, quer na cidade, quer no meio rural o que é de louvar, nomeadamente em Casa dos Montes, Mairós, Travancas, S. Vicente da Raia, Calvão, Abobeleira, Vilarelho da Raia etc.

Os empregos provenientes dessas instituições são muito importantes para a fixação de pessoas.

Bairros Sociais. O Bairro Social de Vidago foi construído depois de 2001, com a Câmara de gestão Social-democrata.

O Senhor deputado disse que não temos uma *piscina coberta* e isso não é verdade. Temos uma piscina coberta há cerca de 30 anos, construída à custa do orçamento da



Câmara Municipal, sendo Presidente o social-democrata, Eng.º Manuel Branco Teixeira. Na altura em que foi construída era um equipamento moderno e funcional.

Disse também o Senhor deputado que só temos um *Pavilhão*. Não é verdade. Eu contabilizo cinco. O Pavilhão Gimnodesportivo no antigo campo da feira, o Pavilhão da Escola António Granjo que a Autarquia ajudou a financiar, e que está ao serviço da comunidade mediante um protocolo assinado na altura da construção; o Pavilhão da Escola Dr. Francisco Gonçalves Carneiro; o Pavilhão da Escola de Vidago e o Pavilhão da Casa do Povo de Vidago.

Situação calamitosa da *rede viária* mas como este é ano de eleições fazem-se obras, disse o Senhor deputado. Então por estar em anos de eleições não podemos fazer nada?

Que culpa tem a Câmara Municipal que as comparticipações financeiras do Programa Norte 2020, para Chaves como para o resto do País, só tenham sido libertadas este ano? Será que só porque é ano de eleições e para agradar ao Partido Socialista cruzávamos os braços à espera que a eleições passem para colocar as obras em execução? Então para que é que as candidatámos? Somos criticados e condenados por ter obras em execução? Não dá para entender.

Redes de água e saneamento nos arruamentos. As ruas que forem objeto de intervenção vão ter a remodelação de rede de água e saneamento, sempre que se verifique necessário. É o caso, por exemplo das Ruas Antunes Guerreiro e Avenida Nuno Álvares.

Sobra a *cidade jardim* é preciso ter muito pouca memória. Estou a tentar encontrar uma fotografia de 2001, para vos mostrar o estado em que se encontrava o Jardim das Freiras nessa data.

Há uma fotografia que tem como enquadramento o busto do Monsenhor Alves da Cunha mas a verdade é que em 2001 a estátua já lá não estava. No dia 7 de janeiro de 2002, quando tomámos posse, a estátua tinha sido retirada, deixando no local um enorme buraco. A cidade jardim foi destruída aí.

O Executivo PSD remodelou a Praça com base num projeto aprovado pela Autarquia PS em 1998, que serviu de bandeira eleitoral do Partido Socialista na campanha de 2001, publicado na revista oficial da Autarquia, a Revista Panorama, como grande projeto para o desenvolvimento do Centro Histórico. A construção do Parque de Estacionamento e remodelação completa do jardim, transformado em Praça.

Em 1998 eu era Vereador, votei favoravelmente o referido projeto, em reunião de Câmara e assumo essa responsabilidade. O argumento apresentado foi que no centro da cidade não existia uma praça onde se pudessem fazer espetáculos e era necessário encontrar esse espaço.

Foi feito um concurso de ideias, foi colocado a inquérito público e a proposta que venceu foi aquela que foi executada no terreno. Resultou mal? Resultou.

É admirável que todos os que em 2001 andaram com a bandeira na mão, a pedir votos para o Partido Socialista, e sendo na altura o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, Chefe de Gabinete do então Presidente da Câmara, hoje não tenham memória e venham falar na cidade jardim, como se não soubessem de nada e nem tivessem nada a ver com a questão. Ser da oposição não é votar sempre contra. É contribuir para o sucesso do desenvolvimento do território.

Disse e volto a repetir. Eu em 1998 era Vereador, votei favoravelmente e continuo a assumir essa responsabilidade. Ser da oposição não é votar sempre contra. É contribuir para o sucesso do território.

Naturalmente que o Concelho de Chaves está muito melhor do que estava há quinze anos, a todos os níveis. O que se tem vindo a degradar são realmente os arruamentos e algumas estradas.

Ao nível da cultura havia uma Biblioteca Municipal decente em 2001? Não.

Havia este Centro Cultural? Não. Havia um Arquivo Histórico Municipal? Não.



Ao nível de equipamentos escolares existia o Centro Escolar? Não.

Ao nível do Ambiente, das poucas redes de saneamento construídas antes de 2001, alguma delas tinha ETAR? Não. Tinham todas fossas que hoje estamos a substituir por Mini ETARES. Caso de Bustelo, Sanjurge, Mairos. Entre 2002 e 2013, foram construídas mais redes de saneamento do que nos anteriores vinte e cinco anos de democracia, todas dotadas com Mini ETARES.

A este propósito devo informar que temos as candidaturas ao POSEUR aprovadas, com exceção de rede de saneamento de Dadim com o argumento de que a linha de água está boa; como a linha não está poluída pode aguentar alguma carga de poluição. Se estivesse poluída era aprovada. É assim que pensa quem analisa as propostas de candidatura. Também não foi aprovada a remodelação do emissário da Traslár porque nesta fase, só foram aprovadas candidaturas de raiz. As remodelações de emissários não foram aprovadas.

É um investimento de três milhões de euros na área da ambiente - abastecimento de água e em saneamento, com financiamento de dois milhões e meio de euros. E não me venham agora acusar por ter essas obras a concurso. Ou será que o Partido Socialista entende que deviam ficar paradas e ir a concurso só em Novembro?

O Mercado Municipal foi construído na década de oitenta pelo Eng.º Branco Teixeira. Entre 1990 e 2001 não foi feito lá qualquer investimento mas depois de 2002, comigo na Câmara, foi colocada uma cobertura na zona dos frescos que estava completamente exposta às intempéries e quando chovia muito, não se fazia o mercado.

O Senhor deputado Manuel Cunha fez uma intervenção que nos deve preocupar. Disse que o Hospital de Chaves, tal como o conhecemos, está em sério risco de existência e isso é absolutamente verdade. Pelo que vou sabendo, as transformações que estão em curso, podem indiciar que isso pode acontecer, como aconteceu há anos com a Linha do Corgo. Vou pedir uma reunião ao Conselho de Administração para lhe colocar esta e outras questões.

A reorganização da cirurgia é tremenda e um hospital sem cirurgia não é um hospital. É uma unidade de cuidados continuados grande.

O que está em curso é um hospital com a especialidade de medicina interna, que permite fazer internamentos e as cirurgias passam a ser feitas em Vila Real, o que é muito grave. Estão a desmantelar o Hospital de Chaves aos poucos. Hoje tiram um serviço, amanhã tiram outro e o resultado avista-se. Isto foi o que os sucessivos governos fizeram.

O Senhor deputado Manuel Cunha, na última sessão desta Assembleia colocou a questão de saber onde vai funcionar a sala de cirurgia durante as obras do Bloco Operatório. Fui informar-me junto do Conselho de Administração que me disse que vai funcionar onde era a antiga obstetrícia, depois de reformada e adaptada para esse efeito.

Ontem fiquei a saber que vão alugar um contentor para funcionar aí a sala de cirurgia, situação que custa muito dinheiro. Entre alugar e não alugar, entre fazer obras ou não fazer, a equipa de cirurgia fica desorganizada, as cirurgias deixam de ser marcadas em Chaves e passam a ser marcadas a partir de Vila Real. Também não sabemos o que vai acontecer com a anatomia patológica e não havendo anatomia patológica também não pode haver cirurgias diferenciadas.

É uma situação muito preocupante.

Certo dia, sendo Presidente do Conselho de Administração o Dr. Carlos Vaz, numa reunião da ARS, no Porto, disse que iria transformar o Hospital de Chaves numa grande unidade de cuidados continuados. Infelizmente é para aí que caminhamos.

Quando defendemos e lutámos pela remodelação do Bloco Operatório, pressupúnhamos que o Hospital de Chaves se especializasse em determinada



especialidade, por exemplo ortopedia, já que se dizia que a nossa unidade de reabilitação física era a melhor do Centro Hospitalar.

Se o Hospital de Lamego foi equipado com o melhor equipamento para intervenções ao nível da oftalmologia esperávamos que o de Chaves pudesse fazer essa diferenciação em ortopedia.

Quem de forma decisiva acabou por traçar o caminho do fim do Hospital, tal como o conhecemos foi o Ministro Correia de Campos em 2007, quando criou o Centro Hospitalar. Passados dez anos, comparem a quantidade de médicos que havia em 2007 com os que existem hoje. A diferenciação que o Hospital de Chaves tinha em 2007 e a que tem hoje; não é comparável.

Numa intervenção pública o Conselho de Administração disse que o Hospital de Chaves ia ter uma unidade de convalescença; as cirurgias eram feitas em Vila Real e como Vila Real não tem camas os doentes vinham para Chaves convalescer e uma unidade de cuidados paliativos. A unidade de cuidados paliativos compreende-se mas a de convalescença não. Mas isso não é diferenciação para o nosso Hospital. Isso é transformar a Unidade de Chaves num hospital de retaguarda.

Seria diferenciada se fizessem desta grande estrutura física uma referência para o Centro Hospitalar e até para Trás-os-Montes e Alto Douro, com determinada especialidade, dotando-a com equipamento de qualidade e com os recursos humanos adequados, em que as cirurgias programadas fossem canalizadas para cá.

É dramático verificar que em toda a Região Norte, entre as 20 horas e as 08 horas da manhã, só há urgência de urologia, no Hospital de S. João no Porto e estamos a falar de uma região que vai de Santa Maria da Feira a Bragança.

Com a especialidade de gastroenterologia poderá acontecer a mesmas coisa porque segundo informação, o médico que tínhamos vai trabalhar na medicina privada. Isso significa que os exames passam a ser feitos em Vila Real.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – pediu a palavra como direito de resposta.

Disse que a forma de organização dos tempos de intervenção não faz sentido porque o Senhor Presidente usa todo o tempo que quer e isto não acontece em mais lado nenhum. Até na Assembleia da República o Primeiro-ministro quando intervém tem um tempo determinado. Que isso, na sua perspetiva, é falta de equilíbrio e sensatez democrática.

O Senhor Presidente gosta muito de falar no exercício de funções de outros membros. Eu nunca fui Vereador e nunca votei nenhuma proposta ou projeto do Jardim das Freiras. Não pode imputar-me responsabilidades pessoais, diretas, enquanto autarca. Também nessa altura já não era Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara. Era Chefe de Divisão Administrativa.

Naturalmente que tenho de me identificar com as propostas do Partido Socialista mas também tenho que dizer que não concordaria, nem à data, nem hoje, com todas as intervenções no Jardim das Freiras. Com certeza que houve intervenções que foram deficientes e que podiam ser melhoradas. Fazer pessoalização, subjetivação em mim quando eu não tinha nenhuma responsabilidade política, parece inadequado, de mau gosto e sem sentido. O mesmo era dizer que o Senhor Presidente da Câmara era influenciado, politicamente, pelo Chefe do Gabinete ou pelo Secretário e isso não faz sentido nenhum.

Quando me referi à questão social, não me referia apenas à questão dos investimentos privados por uma razão de mercado. A população envelheceu e certamente foram criadas mais infraestruturas, rentáveis sob o ponto de vista financeiro. Mau sinal quando somos o concelho que tem mais resposta ao nível social porque significa que temos grande envelhecimento mas temos de valorizar o setor social, e as respostas que dá.



O que eu perguntei, na área social, foi quais os bairros sociais relevantes que foram construídos. E falei na rede de parcerias que nessa altura foram criadas com as instituições que estavam no terreno. Que redes é que existiram?

A questão da saúde é uma questão central. Efetivamente a Câmara Municipal não tem ação direta na agricultura, na educação, na saúde, e não implementa políticas nessas áreas, mas pode ter políticas de âmbito local, para esses domínios, de âmbito mais reduzido e de menor impacto, mas pode tê-las e nós vamos apresenta-las no programa eleitoral.

A questão do Hospital é uma questão central que nos deve mobilizar através de todos os meios que tivermos ao nosso alcance, sejam de ordem cidadã, políticas, etc. porque é importante que efetivamente, não compactuemos com a perda progressiva da relevância dos serviços de saúde.

Também é verdade que em 2002 - 2005 não havia resposta de emergência em urologia na região norte. Nos tempos dourados do nosso Hospital fui operado duas vezes e em nenhuma delas foi em Chaves. Temos de colocar as coisas na perspetiva adequado mas isso não quer dizer que não tenhamos de nos bater pela diferenciação do nosso Hospital porque isso é absolutamente decisivo.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro dizendo:

O meu Gabinete de Apoio identificasse totalmente comigo. Se assim não fosse não podia ser o meu Gabinete de Apoio. Isto significa que, se amanhã, alguém do meu Gabinete de Apoio for candidato à Câmara Municipal e me vier dizer que não tem nenhuma responsabilidade do tempo em que esteve comigo quando fui o Presidente da Câmara está a enganar-me hoje e isso não é correto.

No Hospital de Chaves houve cirurgias de urologia até 2007. Vinha o Dr. Cadilhe em equipa com o Dr. Veiga fazer as cirurgias programadas. A partir de 2007 deixaram de contratar o Dr. Cadilhe porque era caro e o Dr. Veiga sozinho não fazia intervenções. Foi aí que acabaram com o serviço deixando os doentes abandonados, durante muito tempo, até os serviços se organizarem. Em Vila Real não há urgência de urologia, nem de otorrino.

O Presidente da Assembleia, em exercício, pode confirmar que durante as vossas intervenções eu comentei com ele que o Regimento da Assembleia está errado. De acordo com a lei, o período antes da Ordem do Dia é de uma hora e, como tal, os tempos estão mal distribuídos. Devia contemplar nessa hora o tempo do Presidente da Câmara.

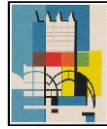
O Senhor Presidente da Mesa em exercício disse concordar que o Regimento da Assembleia deverá ser revisto na próxima legislatura. Que se há quinze membros a questionar o Senhor Presidente da Câmara, com mais as constantes interrupções, é natural que para responder a tudo ele tenha de utilizar o seu tempo.

Entendo que na próxima legislatura se faça essa revisão e contemplar o tempo que o Senhor Presidente da Câmara deve utilizar.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A ata número um, referente à sessão ordinária realizada no dia 15 de fevereiro de 2017, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os membros da assembleia.

O Senhor deputado Manuel Guerra Afonso disse: “surgem muitas lacunas e não entendo porquê. Não ponho em causa a má-fé de ninguém, nem se é defeito das gravações. Já na ata anterior houve uma resposta do Senhor Presidente que não figura na ata. Nesta, por sua vez há uma primeira parte da minha intervenção que não figura, figura só a resposta do Senhor Presidente e de maneira que eu acho que o assunto deve ser pensado seriamente porque eu não acredito que haja aqui má-fé



de ninguém mas as coisas que estão lá, acho que deviam estar. Não é grave mas às vezes é interessante que se reproduza aquilo que foi dito”.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício disse que vai ser pedido aos serviços de apoio administrativos para verificar essa situação.

Foi ouvida de novo a gravação e não há nada a acrescentar àquilo que foi transferido para as atas a que o Senhor deputado aludiu.

Posta à votação foi aprovada com 76 votos a favor, 1 abstenção, por não participação na última sessão e zero votos contra.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – referiu a reunião havida na CCDRN no Porto. Disse que pela leitura do texto não percebeu se há alguma consequência decorrente desta nova solicitação, por parte da Comissão de Coordenação.

Diz-se aqui que solicitou a elaboração de uma nova proposta utilizando como critérios as orientações estratégicas estabelecidas num Decreto-Lei de 2008. Pergunto: Só agora é que se fez esse pedido? Em que é que isso se traduz? Que implicação é que tem?

Gostaria também de saber em que fase se encontra o processo de revisão e se esta questão tem alguma interferência quer nalgumas questões técnicas, quer no próprio processo em particular.

Sobre a informação financeira, num dos parágrafos diz-se que deve ser prestada informação, incluindo a respeitante a orientações abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial e das participações locais. Pergunto se não faria sentido que juntamente com esta informação viesse uma informação de cariz trimestral, relativamente às empresas participadas pelo município.

Deixo a dúvida se a Associação Promotora do Ensino Profissional em Chaves e da Enfermagem, dada a intervenção que o município tem nas mesmas, deveria, ou não, haver informação de gestão e económica relativamente às mesmas. Seria importante poder acompanhar a atividade destas instituições porque penso que a participação do município nas associações é relevante.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

A primeira questão que o Senhor deputado colocou tem a ver Reserva Ecológica Nacional. A implicação da determinação da Comissão de Coordenação relativamente à revisão do PDM é determinante porque não há revisão do Plano Diretor Municipal sem a aprovação das reservas específicas, neste caso a Reserva Agrícola e a reserva Ecológica.

A CCDRN pediu que a Câmara utilizasse os critérios do período de transição da lei da reserva ecológica e chegados a este dia, 8 de março, uma vez que ainda não havia parecer favorável, dado que a reserva ecológica está condicionada porque tem de coincidir com a reserva agrícola e com as áreas do perímetro de rega. Obrigatoriamente, tudo o que é área de perímetro de rega e reserva agrícola, também é reserva ecológica. Como a carta de desafetação de algumas áreas do perímetro de rega, estão em discussão com a Direção Geral respetiva, e como ainda não há consenso, não há carta definitiva da reserva ecológica. A Diretora de Serviços disse que a reserva ecológica elaborada ao nível do Regulamento de transição que a lei previa, acabou e passa a ser feita através das orientações estratégicas. Isso significa que temos de elaborar uma carta de reserva ecológica nova, de raiz. Chegamos a pensar colocar o Plano Diretor Municipal em inquérito público em novembro, para aprovar na sessão da assembleia de dezembro; depois pensámos fazer isso em janeiro para aprovar na assembleia de fevereiro; em março para aprovação em abril



mas não foi possível e daí que não vamos ter a revisão do PDM durante este mandato.

Não faria sentido, trazer a revisão do Plano Diretor Municipal à Assembleia de junho, ou à de setembro, quando estamos a dois ou três meses das eleições. A nova equipa do executivo municipal poderá querer introduzir algumas alterações porque o PDM é um plano estratégico para o Município.

Naturalmente que esta é apenas uma atitude de grande elevação democrática porque, imagino que continuarei a dar as instruções estratégicas para o PDM durante mais quatro anos.

A Lei não obriga a entregar à Assembleia Municipal a relação sobre as empresas participadas; apenas obriga a dar conhecimento à Câmara Municipal, o que tem sido feito. As contas da Empresa EHATB vêm à Assembleia para conhecimento. Das outras associações é dado conhecimento à Câmara Municipal sempre que as contas são aprovadas em Assembleia Geral. De qualquer forma não me custa nada enviar os documentos à Mesa para que sejam distribuídas pelos Grupos Municipais.

PONTO 2 – PROPOSTA DE HOMENAGEM, A TÍTULO PÓSTUMO, AO CIDADÃO ALBERTO ASCENSÃO MENDONÇA;

O Senhor Presidente da Mesa em exercício disse que este assunto já foi devidamente discutido na última sessão deste Órgão deliberativo mas como se trata de uma homenagem a um cidadão, perguntou qual o entendimento dos Senhores deputados para a votação da proposta. Se por votação secreta ou, dado que é de consenso, seja de braço no ar.

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que a proposta em análise lhe suscitou alguma estranheza, como lhes suscitou estranheza também a formulação do parecer, mas sobretudo a forma como foi feita.

“O parecer que foi pedido à CCDRN é apenas parecer, não tem a capacidade nem a força de declarar nula nem ilegal nada. Mas não foi dito à CCDRN que já tinha havido uma deliberação. O pedido de parecer à CCDRN não foi aquele que devia ter sido feito e o parecer que foi dado não foi dado em relação à questão em apreço mas a uma outra diferente. A única coisa que se pediu foi o que está na Lei.

A questão que coloco é distinta. Se o poder da iniciativa, num determinado assunto, for do Órgão Executivo e não o tenha feito e já tenha havido uma deliberação da Assembleia Municipal, qual é a consequência jurídica? Essa é que devia ser a questão formulada à CCDRN e não foi. O parecer, neste caso concreto, vale zero porque não é isso que está a ser discutido.

Para que possamos aprovar esta proposta de homenagem, como todos desejamos, temos de revogar a deliberação anterior. Senão há duas deliberações sobre o mesmo assunto e isto é absolutamente atípico.

Uma deliberação para ser revogada seja por ilegalidade, ou não, só há duas formas de o fazer, ou por via contenciosa, ou por decisão do próprio órgão.

Para podermos discutir o assunto, em concreto, temos de revogar primeiro a decisão anterior e depois tomar nova decisão sobre o assunto. Se quiserem fazer isso nós estaremos disponíveis. A única questão que verdadeiramente importa é que a proposta discutida na última Assembleia Municipal foi apresentada pelo Senhor deputado Luís Costa e a que vem a esta Assembleia é apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. Era isto que se pretendia?

Também se podia fazer outra coisa e que era agendar o assunto de outra forma e depois vir à Assembleia Municipal como era de bom-tom que acontecesse, mas não aconteceu.



Uma questão que parecia consensual, algo que era absolutamente natural, foi, por razões que desconhecemos, foi transformada numa guerrilha política/partidária e o homenageado não merecia estas considerações, esta gincana política”.

Francisco José Teixeira da Silva L. Preto do MAI – Disse que se está a fazer deste assunto uma tempestade num copo de água.

“Parece que o PS quer ser o dono desta ideia. Muito bem, mas isso não interessa. O PS está a querer valer-se da morte de um cidadão para fazer política. Foi aqui dito que a Mesa declarava essa deliberação nula.

Qual é o artigo da Lei 75/2013 que permite que a Assembleia Municipal atribua o nome ao Pavilhão? O documento que foi apresentado na última Assembleia deveria mencionar o artigo da lei, que lhe permitia fazer a proposta. Os membros desta Assembleia estavam todos de acordo em atribuir o nome do Professor Mendonça. É essa a intenção. E não venho falar do que está em ata porque a homenagem que foi prestada, de um minuto de silêncio, foi requerida pelo Grupo Municipal do MAI. A verdade é que isso não interessa para fazer política. O que interessa é que o objetivo que se pretende foi conseguido. Ambos os Órgãos querem homenagear dessa forma o cidadão Alberto Mendonça. Então por se há de por em causa se foi A ou B ou C? Isso não me parece importante.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício, disse que no início desta sessão fez referência ao parecer da Comissão de Coordenação da Região Norte que considera a deliberação da Assembleia Municipal nula porque não é da sua competência decidir sobre a matéria.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que há um ditado do povo que diz que pior que errar é persistir no erro.

Se a bancada do Partido Socialista entende que é competência desta Assembleia, sob iniciativa desta Assembleia, proponho que este ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos porque não faz sentido votar uma questão que já votou.

Se é entendimento da bancada do PS que é da competência da Assembleia Municipal deliberar, a nível de toponímia ou atribuição de nome de cidadãos a equipamentos municipais, por sua iniciativa, e não sob proposta da Câmara Municipal, peço que o ponto número dois seja retirado porque não faz sentido deliberar sobre aquilo que já foi deliberado.

Os juristas aqui presentes também saberão que deliberar sobre matérias que não são competências do Órgão, essas deliberações não têm qualquer efeito legal.

Se o PS entende que cometeu um erro mas quer persistir nele, continue. Lembrem-se da minha intervenção em que disse que ninguém quer tirar mérito à ideia e a quem teve a iniciativa da ideia? Se a iniciativa tivesse sido de recomendação, naturalmente que a Câmara teria recebido a proposta de recomendação e teria sido mencionada na minha proposta, ao Executivo Municipal. Como não foi de recomendação, mas sim de deliberação, eu não reconheço competência a este Órgão para deliberar sobre uma matéria que não é da sua competência e fiz uma proposta muito concreta. Se a bancada do Partido Socialista entende que já está deliberado, então eu proponho retirar o ponto número dois da Ordem de Trabalhos.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – Disse que foi feito um pedido de parecer mas que só aparece o parecer. O pedido de parecer não aparece e isso é estranho.

“Como podemos analisar, criticamente, o parecer se não sabemos o que foi perguntado?

O Senhor deputado Francisco Preto sabe que os pareceres valem se conhecermos a questão controvertida.

Não há dúvida nenhuma que a competência de deliberação pertence a esta Órgão. Eu não tenho dúvida absolutamente nenhuma. Se assim não fosse este assunto não



vinha aqui hoje. A questão que se colocou e vou ler aquilo que disse na última Assembleia Municipal: «a palavra “recomenda”, tem sentido noutro contexto. A recomendação faz sentido quando a competência própria e específica for da Câmara Municipal. E, na minha perspetiva, a competência de atribuição de nome a este equipamento, é da Assembleia Municipal. Se me disserem que a competência da iniciativa é do Executivo Municipal, eu até posso concordar». Foi isto o que eu disse na altura.

A recomendação só faz sentido quando estamos a falar de matéria que é da competência de outro Órgão. Neste caso é apresentada uma proposta, sendo certo que o poder da iniciativa devia ter começado na Câmara e depois vir à Assembleia Municipal. Estamos a confundir duas coisas absolutamente distintas. A competência material é deste Órgão, disso não tenho qualquer dúvida. O poder de iniciativa é que deveria ter começado na Câmara.

O que está em cima da mesa é que já há uma deliberação sobre esta matéria, tomada por este Órgão e ou entendemos que a decisão é ilegal e se revoga, e a seguir voltamos a esta proposta, ou entendemos que apesar de aquela deliberação poder ter uma irregularidade, porque nem sequer estamos a falar de uma incompetência relativa. Uma incompetência relativa é quando uma incompetência está dentro do mesmo ente, mas em órgãos diferentes. A única coisa é o poder de iniciativa. Quem pode agendar ou deixar de agendar.

Gostava de ler esse parecer e que identificasse a ilegalidade que identificaram eles. Como é que a caracterizaram? É erro de pressupostos? É erro de facto? É erro de direito? É incompetência relativa? É incompetência abruta? Que tipo de ilegalidade é? Nem sequer a qualificam.

O Senhor Presidente da Câmara disse que dado que o Partido Socialista entende que a competência material é da Assembleia Municipal deve tomar a iniciativa de elaborar um Regulamento em que especifica que a competência material de aprovar ou reprovar é da Assembleia. Façam uma proposta de Orçamento porque a competência material é desta Assembleia.

Aqui não está em causa de quem é a iniciativa. Está em causa de quem é a competência material. E a verdade é que a competência material em relação a noventa por cento da área da governação municipal é desta Assembleia Municipal. É o caso da aprovação de planos, regulamentos. Mas tomem essa iniciativa. Na próxima sessão tragam o Regulamento, ponham-no à discussão e aprove-m-no. Depois a Câmara executa-o.

Proponho ao Senhor Presidente da Mesa em exercício que coloque à votação retirar o ponto número dois da Ordem de Trabalhos.

Vamos fazer todas as perguntas às entidades de tutela para um devido esclarecimento.

Aliás, em minha opinião, a matéria em discussão é competência apenas do Executivo Municipal, apesar do parecer da Comissão de Coordenação dizer que a competência da proposta de iniciativa é da Câmara e que a Assembleia delibera.

Lamento profundamente que se esteja a gerar um caso em torno de um cidadão que não merece. O que verdadeiramente está em causa não é atribuir o nome de um cidadão ou não. O que está em causa é saber se este Órgão tem competência de, sobre sua iniciativa, aprovar esta matéria. É isso que está em causa. Não é a homenagem ao cidadão. É sim, uma questão de princípio.

Também vou ler aquilo que disse na última Assembleia Municipal: «a Assembleia pode recomendar à Câmara Municipal que delibere no sentido de atribuir toponímia ou designação de equipamentos, com o nome de alguma personalidade. Pode recomendar. Não pode deliberar por sua iniciativa».

Proponho, mais uma vez, que seja posta à votação a retirada do ponto número dois da Ordem de Trabalhos, até que esta questão fique devidamente esclarecida, com



perguntas devidamente formuladas e com pareceres jurídicos das entidades com competência nesta matéria.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que em seu entender esta iniciativa não faz sentido. “O que materialmente deve ser feito é afixar no local uma placa que seja digna. Não seria necessário ir até ao Supremo Tribunal Administrativo porque provavelmente nós não concordaremos com os pareceres e vamos recorrer, ou o contrário.

A minha sugestão é que esta Assembleia revogue a deliberação da última sessão e tome hoje a deliberação de aprovar a atribuição do nome ao Pavilhão. É isso que faz sentido”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que ponderou não levar a proposta à reunião de Câmara e não a trazer a esta Assembleia antes de o assunto ter os pareceres jurídicos todos. Mas aí podia ser mal interpretado de que estava a agir com alguma má-fé e como não está em causa o mérito do cidadão, entendo que as coisas devem seguir conforme a lei determina. A Câmara Municipal aprova e propõe à deliberação da Assembleia Municipal.

Proponho que o ponto em discussão seja retirado. Se a deliberação que foi tomada tiver valor legal, a Câmara executa-a. É isso que diz a Lei 75/2013.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse que ter dificuldade em saber quem tem razão sobre esta questão e que o Senhor Presidente e o Líder da bancada do Partido Socialista deviam conversar para chegar a um consenso.

“Se o Professor Mendonça fosse meu pai já não tinham autorização para por o nome em lugar nenhum. Numa questão em que estamos todos de acordo é lamentável o tempo que gastamos a discutir tudo isto.

Não falei mais sobre saúde porque não tinha mais tempo mas espanta-me como se gasta o tempo numa coisa que não é compreensível. Esta situação é tão pobre que nem estarmos em ano de eleições a justifica. Conversem e entendam-se.

O Senhor Presidente da Câmara disse compreender a intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha.

Mas se este Órgão, por sua iniciativa delibera sobre matérias sobre as quais não tem competência é uma questão de princípio. A Assembleia só pode deliberar dentro das suas competências e pode trazer aqui moções sobre estratégia e sobre outras questões, que implica ser recomendações. Na sessão anterior quer o Grupo Municipal do PSD, quer eu próprio, sugerimos que em vez de proposta, fosse de recomendação, só isso. Se o Grupo Municipal do PS tivesse feito isso, o assunto estava resolvido.

Mais uma vez peço desculpa à memória da personalidade e à sua família. O que está aqui em causa é o princípio. A Assembleia não pode deliberar em matérias que não são da sua competência e esse é que é o princípio. Se a bancada do Partido Socialista tiver a humildade de reconhecer que errou, está perfeito. Mas como não tem essa humildade, e ainda entende que tem razão, e que a Assembleia, por sua iniciativa pode deliberar sobre essa matéria, não podemos abdicar desse princípio.

Não é o nome em causa que pode conferir alterar a Lei e os princípios da Lei. As personalidades não alteram a Lei.

Querem os pareceres jurídicos com as perguntas devidamente formuladas e isso será feito. Ouvem-se as entidades competentes e idóneas para esclarecer a Lei 75/2013 e as competências de cada Órgão.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício propôs, no início dos trabalhos, que fosse considerada nula a deliberação tomada pela Assembleia em 15 de fevereiro. Dessa forma o ponto dois era votado e a questão resolvida. Bastava haver alguma humildade, mesmo que contrariados, mas colocando em primeiro lugar a personalidade em questão.



Repito que não está em causa de quem foi a ideia porque se a Assembleia tivesse recomendado à Câmara, esta tinha-a levado ao Órgão Executivo por proposta de recomendação entrada na Mesa, O Executivo aprovava e o assunto estava resolvido. Se o executivo não aprova e nem sequer agenda, tem de executar matéria que não é da competência do Órgão Assembleia?

O que é que isso representa em termos de princípio?

A partir daqui, se é uma competência material, então elaborem os regulamentos, os planos e os orçamentos e depois a Câmara não tem de os propor. Só tem de os executar. É isso Senhor deputado Manuel Cunha.

Francisco José Teixeira S. L. Preto do **MAI** – usou de novo da palavra para dizer o seguinte:

Na última sessão da Assembleia Municipal quando foi votada esta Moção, fiquei com a ideia que a deliberação se tinha transformado em recomendação. E fiquei com essa ideia porque sei perfeitamente que os poderes da Assembleia estão taxativamente explícitos na Lei 75/2013 e, em meu entendimento, a Câmara Municipal não pode executar uma deliberação que é nula. Se eu soubesse que estava a votar uma deliberação nem sequer a votava.

Entendo que deveria ficar claro que o Partido Socialista, por sua iniciativa, recomendou à Câmara que dê o nome do cidadão falecido ao Pavilhão Gimnodesportivo.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício propôs à votação a retirada do ponto número dois, da Ordem de Trabalhos.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do **PS** pediu novamente a palavra e disse:

“O que foi proposto pelo Presidente da Mesa foi que a deliberação tomada na última Assembleia Municipal era ilegal e era nula.

O que eu disse, desde o início, é que isso não podia ser porque não pode haver duas deliberações válidas, relativamente ao mesmo assunto e propus revogar a deliberação anterior e tomar uma outra.

Quanto à questão da competência, insisto que estamos a falar de coisas absolutamente diferentes. Uma coisa é o poder de iniciativa e outra é a capacidade e a competência material para deliberar sobre o assunto. A nossa opinião é que a competência para deliberar sobre este assunto é da Assembleia Municipal. Quanto à questão do poder de iniciativa, reafirmo o que disse na última Assembleia e vou ler o que está escrito na ata.

A ata diz assim: «a competência da atribuição deste equipamento é da Assembleia Municipal (continuo a entender o mesmo). Se me disser que a competência da iniciativa é do Executivo Municipal eu até posso concordar. A recomendação só faz sentido quando estamos a falar de matéria que é da competência de outro órgão. Neste caso acrescentava uma proposta, sendo que o poder de iniciativa devia ter começado na Câmara Municipal, e vir depois a esta Assembleia Municipal». Isto foi o que eu disse e continuo a pensar exatamente o mesmo. Que a competência material é da Assembleia Municipal, o poder de iniciativa é da Câmara Municipal. A questão que coloquei foi distinta. Foi: havendo uma deliberação da Assembleia Municipal sobre esta matéria, o que fazer? Disse isso há pouco e repito agora.

Reafirmo o que disse há pouco. Não há nenhuma nulidade. Quando muito haverá aqui uma irregularidade. Nem sequer há incompetência material. Há uma violação do princípio da iniciativa.

Se quer fazer disto um caso dos tribunais até levar ao Supremo Tribunal Administrativo, cá estaremos para patrocinar essas questões todas.

Se a decisão for no sentido de retirar a proposta nós vamos votar contra e faremos uma declaração de voto em seguida”.

O Senhor Presidente Câmara respondeu dizendo:

Há uma evolução no processo mas eu continuo a propor retirar a proposta.



Dizem: o poder de iniciativa é da Câmara mas uma vez que já deliberamos, fica assim.

Mas não é assim. É claro que a Assembleia recomenda à Câmara coisas mesmo que sejam da sua competência material aprovar em processo final. Em período de elaboração do plano e orçamento, a Assembleia Municipal pode propor e recomendar à Câmara a inscrição de obras, de equipamentos, de iniciativas, de regulamentos, de subsídios, etc. A Câmara acolhe ou não.

O Senhor deputado diz que mantém rigorosamente as coisas e diz: ... “se disser que a iniciativa é da Câmara até posso concordar”.

Ou concorda ou não concorda. Não é “posso”. E se concorda que a iniciativa tinha de ser da Câmara, a Assembleia não podia ter deliberado. «Ponto»

Proponho retirar o ponto número dois até que se perceba se é «ponto» ou não é «ponto».

João Augusto Madureira Pereira do MAI – disse que em sua opinião o Senhor Presidente da Câmara tem razão nesta questão porque pode estar a abrir-se aqui um precedente grave.

“O Senhor deputado Nuno Ribeiro deve saber que independentemente da qualidade da proposta, de todas as coisas que lhe estão adjacentes, não se pode impor à Lei, por melhor que seja a proposta, por melhor que seja a intenção a Lei está em primeiro lugar. Estranha-me que seja um jurista que venha aqui fazer habilidades jurídicas.

Para que isto nunca mais aconteça, proponho que o ponto dois seja retirado, que sejam pedidos todos os esclarecimentos e ficar a saber quem pode propor e quem deve aprovar ou não. O que me parece é que o Partido Socialista quer é a medalha.

Secundando o que o Senhor Presidente da Câmara disse, peço que esclareçam todas as dúvidas para poder dizer ao Senhor deputado Nuno Vaz, definitivamente, o que é que as pessoas de direito pensam e como devem ser feitas as propostas.

Também me parece que o Senhor deputado Nuno Vaz primeiro tinha uma intenção e agora tem outra. Eu, nessas coisas, sou como o Senhor Presidente. Na dúvida esclareça-se mas não aqui. Esclareça-se junto dos Órgãos superiores que têm competência para o efeito. Declaradamente esta Assembleia Municipal não é. Declaradamente o Senhor deputado Nuno Vaz também não faz pareceres. Acho que a CCDRN e os Tribunais devem ter parecer sobre esta matéria.

Eu não estou esclarecido; continuo com dúvidas. Por isso proponho, mais uma vez que o ponto seja retirado e se peçam pareceres. A partir daí ficamos a saber quem é que pode propor, de que maneira pode propor e quem pode ou não aprovar”.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – pediu a palavra para direito de resposta e disse:

“Sabe qual é a riqueza do direito? A riqueza do direito é a sua capacidade de interpretar a realidade e, muitas vezes, de acordo com a sensibilidade e de acordo com as normativas, poder tomar decisões diferentes.

Como sabem, os pareceres são pareceres. E, provavelmente estaremos aqui em junho, em setembro ou quando for, a discutir um parecer, porque provavelmente a única entidade que vai dar um parecer vai ser a CCDRN e nós com certeza que iremos pedir outros pareceres. E virão os pareceres de toda a gente e tomar-se-á uma decisão.

Há uma coisa que é insolúvel. Há uma deliberação e se essa deliberação não for revogada ou anulada é válida. Seja pela via da revogação, seja pela via da impugnação contenciosa. Não tem outra solução.

O **Senhor Presidente Câmara** respondeu dizendo:

Proponho que seja retirado o ponto número dois da Ordem de Trabalhos porque a Câmara não vai dar execução à deliberação desta Assembleia, sobre a matéria.

O Senhor deputado Nuno Vaz é uma pessoa tarimbada em leis e custa verificar uma falta de humildade em reconhecer que efetivamente a Assembleia não pode deliberar



sobre matéria cuja iniciativa, por lei, é da competência da Câmara Municipal. Ouve aqui uma precipitação e não ficava nada mal, essa humildade, mas como insiste e persiste, vamos ter que esclarecer tudo, com os devidos pareceres. Isto porque este Órgão deliberativo que também é, de alguma forma, de escrutínio do exercício do poder do Executivo Municipal, e como a Câmara não vai dar execução à deliberação, acionem todos os meios à vossa disposição para a obrigar a executá-la.

Uma vez que é competência da Assembleia elaborar a Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Mesa** em exercício, propôs a retirada do ponto dois da Ordem de Trabalhos.

Posta à votação a Proposta de retirada do Ponto dois da Ordem de Trabalhos foi aprovada com 46 votos a favor, 6 abstenções (2 da CDU 4 dos Presidentes de Junta de freguesia de: Paradela, Calvão, Mairós e Curalha) e 10 votos contra (9 do PS e 1 do MAI).

O *Senhor Deputado Anselmo José Martins do PS* apresentou a seguinte declaração de voto: “voto contra a retirada deste ponto porque, pessoalmente, considero que o importante, neste assunto, é homenagear uma pessoa que nos merece toda a consideração e que é o Senhor Professor Mendonça, meu presado amigo. O líder da bancada do PS fez uma proposta que eu acho que é razoável. Para votarmos uma nova decisão temos que revogar uma anterior. Todos aprovámos aquela proposta porque ninguém a votou contra. Não podemos aprovar o que já está aprovado se não o revogarmos antes. Eu não domino o direito, mas para mim parece-me um paradoxo aprovar o que já está aprovado. Não sou jurista, o meu raciocínio é o de um cidadão comum, que me parece paradoxal aprovar o que está aprovado mas reconheço que em termos de legalidade isso não é possível. Então revoguem o que aprovamos e aprovemos de novo. Esta é a razão por que voto contra.

Sinceramente Senhor Presidente, e vai-me desculpar que o diga, parece-me uma mera manobra dilatória”.

O *Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS* apresentou a seguinte declaração de voto: “o meu voto contra a retirada desta proposta é sobretudo motivada por razões substantivas relacionadas com a circunstância de a motivação que esteve no escopo e na base da proposta de atribuição de homenagem a um cidadão ilustre, pelo relevante percurso desportivo e associativo que teve no nosso concelho, está a ser manchada por esta questão de índole processual que, na minha perspetiva, tem mais a ver com algum desconforto por esta proposta ter sido apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista e verdadeiramente, com mais nada.

Lamento que uma questão que devia unir todos os membros desta Assembleia Municipal tenha sido usada para fazer manobra política e, sobretudo, não nos concentremos no essencial e estejamos centrados em questões acessórias.

A minha votação contra foi por não ter sido considerada a sugestão que foi dada no sentido de ser revogada a decisão anterior e ser tomada uma, em substituição desta. Mais importantes do que as questões adjetivas são as decisões que ficam tomadas e a manifestação da estima e da consideração que o homenageado nos merecia”.

O *Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha* da CDU apresentou a seguinte declaração de voto: “ É difícil para o cidadão comum olhar para o que se passou na Assembleia anterior e nesta, sem tirar duas conclusões. As responsabilidades não são iguais em todos os Grupos Municipais. O Senhor deputado Francisco Preto saiu da questão dizendo que não se tinha apercebido. Nós apercebemo-nos mas não tivemos capacidade de entender.

Não resta outra conclusão que os Grupos Municipais do Partido Socialista e do PSD ou tiveram incompetência ou má-fé porque senão não se tinha construído isto tudo. No momento em que o Presidente da Câmara levantou a questão, o Grupo Municipal do PSD tinha capacidade para fazer retirar a proposta e poupávamos toda esta discussão. Ressalvo que não é irrelevante o que disse o Senhor deputado João



Madureira que pede que fique esclarecido, de uma vez por todas, como é que isto funciona.

Se isto não foi um jogo político de um lado e do outro, esperava-se mais em termos de competência técnica jurídica porque a questão foi levantada pelo Presidente da Câmara ou pelo Senhor deputado Nelson Montalvão e se não havia dúvidas sobre isso, tinha de se ter encontrado a forma de não criar este embrulho, apesar de ser uma questão em que estamos todos de acordo.

Espero que esta situação sirva como exemplo. Quando houver ilegalidades tem de se saber cortar rente, ou então houve aqui jogadas que a nós, CDU, nos ultrapassam por completo”.

O Senhor deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão do PSD apresentou a seguinte declaração de voto: “O Grupo Municipal do PSD tinha entregado, no início da discussão, as inscrições para intervir sobre esta matéria e não me foi dada a palavra. Pedi agora de novo a palavra para defesa da bancada.

O Senhor deputado Manuel Cunha utilizou a expressão que relativamente aos Grupos Municipais do PS e do PSD ou foram incompetentes ou agiram de má-fé. Quero dizer que o Grupo Municipal do PSD nem foi incompetente, nem agiu de má-fé.

Quando da discussão na Assembleia Municipal de 15 de fevereiro, o Grupo Municipal do PSD, através da minha pessoa, sobre a matéria que estava em discussão - a Proposta do Partido Socialista – conforme consta da ata que hoje aprovámos, fez uma intervenção dizendo que em nosso entender, essa seria uma competência da Câmara Municipal e sugerimos ao Grupo Municipal do Partido Socialista que a proposta do PS fosse no sentido de que a Assembleia deliberasse sobre uma recomendação a efetuar à Câmara Municipal, por entendermos nós, Grupo Municipal do PSD, que esta é uma matéria da competência da própria Câmara Municipal.

Como não nos foi dada a palavra no início, também gostaria de dizer que o Senhor deputado Nuno Vaz, a dada altura, penso que na primeira intervenção que fez, terá feito um juízo de valor sobre a forma como o Grupo Municipal do PSD teria votado nessa altura. Pareceu-me, ressalvo e sublinho, pareceu-me, que terá dito que o Grupo Municipal do PSD votou contrariado, o assunto que estávamos a discutir.

Recordo, como já aqui foi dito, que esse assunto foi votado por unanimidade com setenta e três presenças na sala. Por essa razão não admitimos, se é que foi feito esse juízo de valor, que diga que o Grupo Municipal do PSD votou contrariado, assim como não nos vemos, quer sobre esta matéria, quer sobre outras a agir de má-fé, nem com incompetência. Entendemos, simplesmente, que este assunto, como hoje aqui veio por Proposta da Câmara e por isso votamos a favor, em coerência a proposta que foi feita pelo Senhor Presidente da Câmara.

Entendemos que este assunto devia vir na Ordem de Trabalhos por Proposta da Câmara e também porque a Câmara tem a competência de propor à Assembleia que seja retirado o assunto da Ordem de Trabalhos”.

PONTO 3 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – 4º TRIMESTRE DE 2016. INFORMAÇÃO Nº. 2/DGF/ST2016. - Para conhecimento;

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 4 – LEI 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E ULTERIOES ALTERAÇÕES –LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRAZO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA



SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2015. INFORMAÇÃO Nº. 2/SC/2017. – Para conhecimento;

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2016. INFORMAÇÃO Nº 06/DGF/2017 – Para apreciação, discussão e votação;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta.

Permitam-me que na Prestação de Contas relativamente a 2016, faça um breve balanço sobre os três anos de mandato.

Foi afirmado nesta Assembleia que a Câmara Municipal teria uma dívida que rondaria os sessenta milhões de euros. Nessa altura como se recordam, eu contestei.

Em 31.12.2013, a dívida era de 45,36 M€; tínhamos um montante de dívida em excesso, de 13,04 M€ e um prazo médio de pagamentos de 231 dias.

Em 31.12.2016, a dívida desceu para 28,43 M€. Tivemos, assim, uma redução da dívida de 16,93 M€. Deixamos de ter dívida em excesso, para termos uma margem absoluta relativamente ao limite da dívida total em cerca de 10,43M€, que se traduz numa margem utilizável de cerca de 2,08M€. Estamos em condições de ir à banca financiar-nos para dar início à primeira fase das piscinas municipais. Em 2016 o prazo médio de pagamentos fixou-se em 49 dias, diminuindo 181 dias face a 2013.

Estamos a cumprir.

Um dos desígnios deste mandato era fazer a regularização financeira da Câmara e isso foi conseguido nos primeiros três anos.

Estou satisfeito porque termino o mandato e ganhe quem ganhar as eleições, nunca poderá dizer e acusar o executivo anterior de que deixou a Câmara numa situação calamitosa.

Temos à data de 29 de março de 2017, uma dívida de 27,29 M€, que face a dezembro de 2016 já desceu novamente e temos a receber de terceiros 17,71 M€. Sobre este valor dirão que nunca se irá receber, o que não é verdade. Já recebemos das Águas do Norte uma tranche e relativamente à dívida da MEO vai transitar em julgado o valor de 2.5M€, que não tem como não pagar.

É certo que temos faturas devolvidas às Águas do Norte, no valor de cerca de 7,83M€, na sua maioria respeitantes ao mandato anterior, referentes a faturas de saneamento, valores mínimos garantidos e juros de mora. As faturas foram devolvidas porque discordamos do volume faturado relativamente às águas pluviais, inseridas na rede de saneamento. Essa estratégia de devolução de faturas foi sancionada pela Assembleia Municipal, já no presente mandato.

Estamos convictos que o desfecho deste diferendo será resolvido favoravelmente ao Município em grande parte desse valor, acrescentando que, apesar de tal valor não se encontrar relevado contabilisticamente, encontra-se vertido em mapa de passivos contingentes (pág. 170 do relatório gestão).

Em 2016, as faturas emitidas pela Empresa Águas do Norte, (de água e de Saneamento), foram todas pagas dentro do prazo de vencimento das mesmas. Não foi devolvida nenhuma.

Se considerarmos a internalização da Empresa MARC, SA iremos incorporar uma dívida de 3,14M€. Imaginemos que o desfecho do litígio com as Águas do Norte nos é totalmente desfavorável, situação na qual não acredito, porque não é expetável que tenhamos de pagar consumos mínimos. Nessa situação limite, iríamos incorporar uma dívida de 10,97M€ (7,83M€ mais 3,14M€), valor inferior à atual margem absoluta relativa ao limite da dívida total, que em 29 de março era de 13,7M€. Se a 13,7 M€ tirarmos 10,97M€, ainda ficamos com margem de endividamento. Fica assim demonstrado o total equilíbrio das contas do Município.



Das contas do exercício de 2016, há a destacar o fato de a Câmara ter a dívida totalmente reestruturada e controlada.

Mas, ainda temos a destacar, um resultado líquido positivo e muito significativo de cerca de 4,3M€, obtido em consequência de uma gestão rigorosa e sustentada em princípios e critérios de racionalidade económica.

O ativo líquido possui o valor de cerca de 168,86 M€ e os fundos próprios atingiram o valor de cerca de 88,17 M€.

Aumentamos, também, o imobilizado bruto, que atinge hoje aproximadamente o valor de 258,95 M€.

As despesas com o pessoal representaram 22,14% do total da despesa (23,46% em 2015). De referir ainda que as funções sociais tiveram um valor superior às funções gerais e económicas em conjunto.

A receita cobrada líquida foi de cerca de 39,67 milhões de Euros, atingindo um grau de execução de 85,87%, cumprindo assim o disposto no nº 3 do art.º 56º da Lei das Finanças Locais, ou seja, garantindo uma taxa de execução não inferior a 85%.

Durante este triénio fizemos investimento dos quais salientamos:

- Requalificação do balneário termal de Chaves;
- Construção do balneário Pedagógico de Vidago;
- Requalificação das Avenidas de Vidago;
- Construção do Pavilhão Expo Flávia;
- Construção do Parque de Estacionamento do Centro Histórico;
- Construção do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso;
- Construção da 1ª Fase do Museu das Termas Romanas;
- Construção da Av. da República na cidade de Chaves;
- Requalificação do Estádio Municipal.

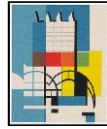
Em 2016 retomamos as transferências para as freguesias totalizando 652.485 euros. Os protocolos foram integralmente pagos.

Durante este triénio implementamos políticas sociais, tais como:

- Regulamento de famílias numerosas;
- Apoio aos Bombeiros Voluntários;
- Redução do IMI para as famílias com filhos e para os imóveis reabilitados no Centro Histórico;
- Tarifa social da água para as famílias mais carenciadas;
- Atribuição de Bolsas de Estudo para os estudantes do Ensino Superior;
- Alargamento do apoio à família nos Jardins-de-infância com 6 ou mais crianças;
- Reforço do projeto viver a escola;
- Implementamos o Concurso se eu fosse presidente;
- Vamos implementar um regulamento de apoio às famílias com elementos portadores de deficiência, no agregado familiar, regulamento esse que faz parte da Agenda de Trabalhos desta sessão;
- Implementamos o Orçamento Participativo;
- Concursos e exposições de fotografia – “Fotografia”;
- Encontro de escritores;
- Editámos livros;
- Organização de seminários e conferências;
- Festival Identidades;
- Festa dos povos;
- Funcionamento do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso;

Estes são alguns exemplos de que não tivemos só preocupação em resolver a situação financeira. Construímos obra e dinamizamos social e culturalmente o concelho.

Em 2017 vamos continuar a cumprir os compromissos, a servir os cidadãos e a realizar as obras necessárias para o bem-estar das pessoas.



Em função do exposto, solicito à digníssima Assembleia Municipal,, a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ano de 2016.

Intervenções:

Manuel Justino Matos Cunha da CDU - disse que nunca foi assumido na campanha eleitoral de 2013, nem nesta Assembleia Municipal que a dívida era um problema.

O executivo anterior do PSD, do qual o Senhor Presidente fazia parte e a lista de candidatura, arredaram da discussão eleitoral, da transparência, da discussão democrática, a existência de um problema chamado dívida.

Consultem as atas de 2013, antes das eleições e apesar da insistência da oposição, verificam que não referem a dívida. Esse não foi um tema assumido pelo candidato Cabeleira durante a Campanha Eleitoral porque simplesmente não existia. Afinal existia uma dívida colossal.

O que eu estou a dizer é que a democracia se degrada com estas coisas. Não se degrada com questões menores de saber se é a Assembleia que delibera ou se é a Câmara. Esta é uma questão maior. Democraticamente os cidadãos eleitores não votaram na presunção de que poucos meses após as eleições, e com dados que já existiam antes, a situação da Câmara era péssima. O Senhor Presidente disse agora, que quem vier a seguir não pode dizer que recebeu uma situação catastrófica, porque ele recebeu uma situação catastrófica. O espantoso é que politicamente, e até lhe podemos dar razão nesse aspeto, aparece agora como um herói porque resolveu o problema da dívida. Nas eleições de 2013 não havia dívida e nas de 2017 o problema da dívida está resolvido.

O Senhor Presidente da Câmara, no início do seu mandato, disse nesta Assembleia, que o seu objetivo era o saneamento financeiro da Câmara e aparentemente aconteceu. Se depois, tudo aquilo que está em discussão correr mal, e nós CDU, não estamos a retirar razão no que respeita ao conflito com a Empresa das Águas do Norte, a questão da dívida pode voltar a ser um problema. Mas isso, provavelmente, já será depois das eleições.

Esta será a estratégia de fazer política que a mim não me parece que tenha sido correta. A política deve ser o oposto disto.

É evidente que é sempre possível elencar a obra feita. O Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso está construído e é ótimo para a cidade mas gostava de ver muito mais dinamismo e mais ambição neste projeto. O mais importante são os projetos. Se não dermos projeto ao Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso não vai correr bem.

Tudo isto teve consequências sérias para o Concelho e para a cidade porque houve retração no investimento.

Fátima Liliana Fontes Correia do PS - depois de cumprimentar os presentes disse que iria colar algumas questões sobre o ponto em discussão, as quais gostaria de ver esclarecidas.

Em primeiro lugar não posso deixar de realçar o facto de o município ter obtido um resultado operacional negativo, o que não acontecia desde 2013, embora na altura estivéssemos a falar de milhões e nesta altura de milhares. Este resultado revela alguma inoperacionalidade e pouca eficiência da gestão autárquica. O que também comprova essa ineficiência é a diminuição em 186% do índice de desempenho financeiro e rentabilidade do ativo. Consequentemente verifica-se também uma diminuição do resultado líquido do exercício de 36,8%, relativamente ao ano anterior. O resultado líquido do exercício cifrou-se em quatro milhões e trezentos e vinte mil euros, sendo que para este resultado muito contribuirão os resultados extraordinários no valor de três milhões e trezentos mil euros.

Relativamente aos resultados extraordinários gostaria que me elucidasse sobre o que diz respeito ao valor de dois milhões, cento e dezasseis mil oitocentos e oitenta e três euros, referente a outros proveitos e ganhos extraordinários, uma vez que não



consegui encontrar nenhuma menção a este valor nos documentos disponibilizados, que justificassem a obtenção de um valor deveras elevado, nesta rúbrica.

Ainda sobre a demonstração de resultados extraordinários também não consigo compreender o porquê de estarem registadas as deduções das provisões para cobranças duvidosas, no valor de cerca de um milhão e oitocentos mil euros, e não estarem registados os aumentos das mesmas provisões, no valor de treze milhões e seiscentos mil euros. Gostaria de ser esclarecido sobre esta questão.

Em termos genéricos realço uma fraca taxa de execução das grandes opções do plano, apenas 63,81%, o que significa uma redução de 22%, relativamente a 2015.

Dos mais de quatro milhões e quatrocentos mil euros previstos para funções sociais, apenas foi executado um milhão e oitocentos mil euros. O orçamento para 2016 já tinha merecido as nossas críticas por ser parco em respostas sociais diretas às pessoas e às famílias e ainda assim a sua execução apenas se cifrou em 40% relativamente ao projetado.

Não respondendo às necessidades dos cidadãos flavienses a Câmara, contudo, continua a exigir um enorme esforço financeiro.

Os impostos diretos embora diminuíssem, relativamente ao ano anterior, continuam, com um valor arrecadado superior ao verificado nos anos anteriores.

Relativamente à venda de bens e serviços os flavienses continuam a pagar mais por serviços básicos como saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos, registando um aumento de valor na venda destes serviços na ordem dos 6,8%, em relação a 2015. Se compararmos com 2013, o aumento na venda destes bens e serviços é já de 22%; mais de um milhão de euros que os flavienses pagam hoje por serviços básicos essenciais à sua vida quotidiana, apenas para financiar a má execução orçamental do município. Este aumento é ainda mais expressivo se tivermos em conta a perda de população do Concelho. Desde 2011 que se tem perdido uma média de 285 habitantes por ano. Somos menos mas pagamos mais na fatura final.

Os juros e outros encargos financeiros continuam a registar valores preocupantes cifrando-se acima de um milhão de euros em 2016. Desde 2013, foram gastos seis milhões, trezentos e setenta e nove mil euros em juros e outros encargos financeiros. No ano passado recebemos um relatório detalhado que permitiu uma análise adequada do exercício da Empresa de Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M.,S.A. do ano de 2015. É lamentável que este ano apenas nos tenham feito chegar umas contas que para além de serem provisórias, são também muito pouco detalhadas, notando falta de transparência, relativamente ao funcionamento desta empresa.

Apesar de provisórias as contas permitem-nos antever já um resultado líquido negativo de cerca de trinta e dois mil euros. Para este resultado negativo muito contribui, certamente, o aumento de custos com pessoal em setenta e oito mil e quinhentos euros que gostaríamos de ver esclarecido, dado que se não tivesse havido este aumento, provavelmente a empresa teria resultados positivos.

Era importante que o resultado da empresa fosse destrinçado por áreas de atuação, uma vez que tem áreas bastante distintas. Espero que na próxima sessão da Assembleia, aquando da discussão das contas consolidadas do Município, possamos apreciar um relatório pormenorizado desta Empresa Municipal, que gere um dos maiores fatores de atração da Região, e potenciador do crescimento e desenvolvimento económico, que são as Termas de Chaves.

Não podia deixar de falar do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso. Há tempos, numa entrevista do Senhor Presidente ao Sinal TV afirmou que em seis meses de funcionamento o Museu tinha já alcançado os dez mil visitantes, o que superava largamente o valor estimado no estudo de viabilidade económica elaborado para o Museu, que previa cinco mil visitantes por ano.



Peço que nos faça chegar uma cópia desse estudo de viabilidade do Museu que confesso tenho muita curiosidade em conhecer e analisar, uma vez que não é comum encontrar um estudo de viabilidade de um investimento de cerca de oito milhões de euros, que perspetive apenas uma receita bruta de vinte e cinco mil euros por ano. Voltando às Contas de 2016, ficamos agora a saber, através do Relatório de Gestão, que o número total de visitantes, registado no Museu, foi de cinco mil oitocentos e quarenta e dois e digo registados porque são considerados quatro mil setecentos e oitenta e três visitantes na oferta dos dias 4 e 8 de julho, mas não me recordo de nesses dias serem contabilizados os visitantes. Provavelmente esse número é estimado e não registado. Mas independentemente de serem cinco ou dez mil, diz também o Relatório, que os visitantes do Museu geraram uma receita superior a dezoito mil euros.

Na página número 122 do referido Relatório de Gestão, temos os procedimentos de aquisição de bens e serviços adjudicados em 2016. Aquisição de serviços de limpeza para o Museu - 23.998,00€; Aquisição de serviços de Vigilância do edifício do Museu - 57.500,00€; Aquisição de serviços para design e conceção do catálogo – 6.400,00€; aquisição de serviços para aquisição de mil exemplares do catálogo – 18.230,00€; aquisição de serviços de transporte para as obras – 9.997,00€. Só estes ajustes diretos somam o valor de 132.491,00€, resultando num défice de 114.491,00€, relativamente às receitas obtidas. Isto sem entrar com os outros consumos correntes. Água, luz, gás e os outros custos com o pessoal que não estão discriminados nas contas.

Posto isto, pergunto qual é a estratégia da Câmara para inverter esta realidade do Museu?

O que pensa fazer para rentabilizar o Museu Nadir Afonso?

Ou irão continuar os flavienses a pagar uma fatura fruto da irresponsabilidade do Executivo Municipal que não soube acautelar, devidamente, a parceria que estabeleceu apenas com um acordo de cavalheiros, antes do investimento de oito milhões de euros?

Francisco José Teixeira Silva Lopes Preto do **MAI** disse que a sua bancada não tem qualquer razão para colocar em causa o rigor das contas que estão a ser apresentadas porque estão bem explícitas e são minuciosas.

Julgamos que tais contas vão no sentido de dar cumprimento aos documentos previsionais do Orçamento que foi aprovado por esta Assembleia. Porém, melhor do que nós são tais contas analisadas e avaliadas por um Revisor Oficial, imparcial e devidamente creditado, com todos os conhecimentos técnicos e necessários para, com todo o rigor fazer a respetiva avaliação.

Tendo nós aprovado o Orçamento relativo a 2016 e face ao rigor das contas a que aludimos, e sem estar aqui a perder tempo com questões políticas que eventualmente debateremos no período de campanha eleitoral, que se aproxima, apenas nos suscita uma especial análise no que respeita à certificação legal das contas, a opinião, com reservas do ROC, pese embora a conclusão do seu parecer que é clara e no sentido de que o Relatório de Gestão das contas apresentadas, obedeceu a todos os requisitos legais e regulamentares, a informação não suscita dúvidas em relação às demonstrações financeiras auditadas em que não foram identificadas quaisquer incorreções materiais.

As reservas em causa prendem-se com a questão do provisionamento das faturas apresentadas pela ATMAD e que foram devolvidas pelo Município. Encontra-se em litígio um valor de cerca de 7.03M€ e foram estimadas provisões apenas 2.503M€. Isto significa que o Município pode vir a ter que necessitar de mais 5.5M€ mas também pode ficar com cerca de 2.5M€, que tem provisionado, ou pode fazer qualquer acordo que é algo que nunca está fora de hipótese. Tudo depende de uma decisão judicial transitada em julgado que pode tardar, como costuma ser habitual.



Embora entendamos a dita opinião com reservas e até a consideramos legítima, com todas as incertezas que comporta, a verdade é que, e enquanto flavienses, defendemos a posição do Município nas razões que invoca para devolução das faturas cujo pagamento lhe foi solicitado pelo fornecedor ATMAD, achando que se encontra a defender, de boa-fé, perante o Tribunal Administrativo, a posição de não fazer pagamentos que considera ilegítimos, sendo certo que, se não tiver de pagar, como se espera, quem ficará a lucrar serão todos os flavienses que, em nosso entender, deverão estar unidos no cumprimento das razões invocadas para o não pagamento.

Concluo dizendo que as nossas reservas são demasiado voláteis para que deixemos de aprovar as presentes contas, que dão cumprimento ao Orçamento que aprovámos e que não estamos arrependidos.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que já esperava as considerações que o Senhor Presidente fez na sua intervenção, acerca do equilíbrio orçamental.

Para quem durante vários mandatos, tendo responsabilidades muito relevantes, da área empresarial e não só e conhecedor do funcionamento do Município, não tivesse tido nenhuma ação direta no sentido de que pudesse ser desviado o curso, que nos levou a que, em apenas quatro anos, tenhamos de ter suportado mais de seis milhões de euros de juros e encargos financeiros. Isto é sinal de muito desperdício, de muita má gestão.

O balanço de três anos em que o feito notável é ter resolvido um bocadinho daquilo que tinha destruído. O feito foi ter transformado a Câmara Municipal de Chaves numa agência de cobrança de impostos locais; de maximização de receita fiscal.

Insto os membros desta Assembleia Municipal a verificarem qual foi o valor da percentagem, quer relativa, quer também o acumulado absoluto, relativamente àquilo que são os serviços essenciais prestados pelo Município de Chaves, água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Qual foi o montante que foi considerado? Isto ao mesmo tempo que a tendência dos valores de aquisição, sobretudo da água, foram descendo. Também os valores relativos ao transporte dos resíduos sólidos urbanos foram descendo.

Entendemos que esta vitória, não é uma vitória que deva ser aplaudida. Deve ser censurada porque foram os bolsos dos flavienses que, com muito mais IMI que pagaram desde 2013, com muitas dezenas de milhares de euros de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, que contribuíram para esta conta, para pagar os tais seis milhões de euros.

Gostava de saber qual foi o valor que cada um de nós pagou para pagar aqueles juros bancários.

Em 2013 as responsabilidades financeiras totais do Município, eram de cerca de sessenta milhões de euros e a par e passo foi reconhecendo algumas, ao mesmo tempo que ia fazendo aumento do IMI, aumento da venda de serviços, que ia realizando receitas extraordinárias.

Houve vendas que não são repetíveis. Estamos a falar de mais de dois milhões de euros da participação social e da remuneração do capital social na antiga Águas de Trás-os-Montes, agora Águas do Norte. Também recebemos uma compensação por vinte anos de utilização de infraestruturas, sobretudo de água. Este é o milagre que se concretiza sobretudo, numa agressão ao bolso dos flavienses e quer com isto ser uma bandeira eleitoral.

O que temos de lhe perguntar ao Senhor Presidente é sobre as bandeiras eleitorais que estavam no seu programa eleitoral de 2013. Não vai ser o desempenho financeiro. Com certeza que falaremos do que está prometido e que não foi conseguido.

O que dizemos aqui é olhar o PPI para 2016 e perceber qual foi a taxa de execução. Há muitas ações que estão a zero. É nossa expectativa que essa leitura de sucesso,



não seja a mesma que os cidadãos têm. Não somos arrogantes para dizer que já ganhámos as eleições. Somos humildes e quem decide em eleições é o povo e é com essa escolha que temos de nos conformar. À partida não há vencedores nem vencidos.

2016, foi um ano de fraca execução a nível de investimento. O valor mais relevante que está na execução, a nível de capital, são os passivos financeiros; são os empréstimos que foram contratados para pagar outros existentes. Ao nível das funções gerais, das funções sociais, o valor ficará acima dos dois milhões de euros. Esperávamos que Chaves fosse líder de uma região. Que fosse capaz de transformar esta região numa região atrativa que, em conjunto com os demais municípios do Alto Tâmega e com concelhos vizinhos da Galiza, pudesse criar uma região desenvolvida, capaz de atrair investimento. Mas o que percebemos é que nos últimos tempos as empresas vão falindo e as que mostram alguma apetência por investir em Chaves acabam por não o fazer e é isso que nos preocupa.

Preocupa-nos não termos executado a nova piscina, o novo pavilhão gimnodesportivo, o pavilhão multiusos; preocupa-nos termos um parque empresarial deficientemente rentabilizado. Preocupa-me que todo o investimento que ali foi feito tenha tido um retorno muito insipiente a nível de atividade económica, de volume de negócios e de emprego gerado.

Preocupa-me também que não tenhamos tido a capacidade de colocar ao serviço das pessoas, aquilo que é o nosso recurso mais valioso, que é o investimento no turismo e na componente termal. Em Chaves e Vidago. Falta o mais difícil e que é fazer a transformação destes recursos em serviços. Ter a capacidade de fazer com que possam gerar atratividade; volume de negócios. Como é possível que as Termas, depois do investimento brutal feito, depois de o Município, provavelmente suportar alguns custos com obras de manutenção, com o custo do tratamento da qualidade da água, ainda possam dar prejuízo? E ainda ter alocado mais cento e cinquenta mil euros do estacionamento de superfície? Como é possível que gerem prejuízo?

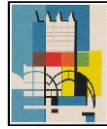
Deve haver aqui alguma falta de capacidade de liderança para que isso aconteça.

Na minha perspetiva, estamos a falar de um de dois recursos essenciais e decisivos para o nosso desenvolvimento, ou então achamos que Chaves não tem futuro. Eu sou daqueles que acha que Chaves tem futuro, mas só terá futuro, se formos capazes de transformar os nossos recursos como o Parque Empresarial, as Termas, e por ventura criar outro evento de relevância regional e nacional, que possam fazer com que Chaves seja efetivamente uma terra que lidere esta região. Eu não sinto que os outros concelhos olhem para Chaves como um concelho líder e isso era fundamental.

Em vez de andar distraídos com a Eurocidade façamos uma Euro região, uma Região que tenha dimensão. Temos de construir soluções que sejam de fixação das populações, de dinamização económica e se é verdade que alguns municípios não têm de fazer esse trabalho, como as grandes cidades e sobretudo zonas costeiras, os municípios do interior cada vez mais têm de ser os líderes, os promotores do desenvolvimento local. Essa vai ser a função fundamental destas instituições nos territórios de interior.

Deixemos de lado as questões mais de âmbito institucional, formal e administrativa e passemos a ter ações de intervenção que sejam decisivas. Temos de olhar para todas atividades económicas numa lógica da sua utilidade social, ambiental e demográfica.

Olhando para a execução do PPI eu vejo aqui uma execução que poderia ser de uma entidade financeira porque foi tudo centrado na questão financeira, apenas e porque durante muitos anos não se reconheceu que havia um problema. Dizia-se que tudo estava bem, que as contas estavam equilibradas. Muitos dos “inconseguintos” desta execução tem a ver com as más decisões que foram tomadas num passado



recente, com investimentos que hoje são custos. Um investimento pode ter retorno de muitas dimensões, de ordem financeira, económica, ambiental, social, paisagístico, mas também tem de ser sustentável, no seu conjunto, e eu não vi isso no Mercado Abastecedor, na Plataforma Logística, não estamos a ver isso na Fundação de Arte Contemporânea e vimos amadorismo na intervenção relativamente às Termas Romanas.

Pedíamos que houvesse mais critério para que as decisões sejam acertadas e não seja necessário que os flavienses tenham que pagar cada vez mais para alimentar uma estrutura que não faz o seu trabalho de casa.

O Município de Chaves está hoje confrontado com questões básicas; questões que foram da década de oitenta. Questões de arruamentos, questões de infraestruturas desportivas, questões de infraestruturas culturais foram questões centrais na década de noventa. Foram questões centrais que muitos municípios só resolveram na década de dois mil.

Nós hoje estamos confrontados com aquilo que foi a génese; a afirmação do poder local e que foi fazer estradas, caminhos, iluminação, abastecimento de água e tratamento de esgotos. Isto não está resolvido no Concelho de Chaves e tem a ver com muita megalomania e alguma incapacidade de perceber quais eram os projetos adequados à nossa região, ao nosso território, às nossas pessoas.

Vamos votar contra estas contas por que elas só representam um continuado aumento da carga fiscal sobre os cidadãos. O IMI, a água, o saneamento e os resíduos sólidos urbanos

Entendemos que hoje, há condições de descer o preço da água, do saneamento e dos resíduos sólidos urbanos. Entendemos que hoje, fazendo uma gestão equilibrada e sensata, o sistema será sustentável e deixamos aqui o repto. É importante baixar dez por cento nestes serviços. Isto é possível, isto é necessário e isto vai ser o nosso compromisso.

Este orçamento representa também incapacidade de executar os investimentos, nos vários domínios de intervenção municipal, e representa também aí a tradução de muita receita extraordinária.

Manuel Guerra Afonso do MAI – disse não concordar com o Senhor Presidente e que em o ouvir diz que isto está muito melhor do que há dezasseis anos atrás e tem aqui muito apoiantes que o confirmam.

“Basta percorrer as ruas da cidade.

Quando vier aqui propor qualquer coisa não tem nada a ver com vontade própria mas é por vontade de uma parte significativa da população.

Relativamente à questão das contas há elementos que não consigo perceber e no que toca à questão do Museu de Arte Contemporânea não o quero maçar porque já foram aqui ditas muitas coisas. Nós já temos um Museu. Aquele Bunker do Arrabalde ainda não sabemos como vai ser e nem o Senhor Presidente da Câmara sabe quanto vai precisar de gastar mais.

No Museu de Arte Contemporânea temos um Museu e queremos saber quanto é que vai render por mês e quanto vai custar. Temos a obra e agora? Qual vai ser o custo para a população? Quanto é que nos vai custar por mês ou por ano?

Relativamente às contas, de um modo global eu não tenho a mesma opinião dos meus colegas de bancada, e até fiquei meio perplexo com a opinião do Senhor deputado Francisco Preto que apesar de antes estar preocupado com as contas e pedir que fosse feita uma inspeção, uma auditoria externa, agora já está satisfeito e já lhe chega a opinião do Revisor Oficial de Contas e o ROC já existia há uns anos atrás.

Relativamente à questão do Concelho e à execução do orçamento, voltamos a falar nas tais obras faraónicas. Para a cidade ter estas duas obras faraónicas, o meio rural foi muito abandonado. Esquecemo-nos que o mundo rural não é só a atividade



agrícola. Perdemos a abertura, a limpeza de caminhos. Era capaz de ser mais útil para a população de Chaves, a Câmara estar dotada de equipamentos para abrir caminhos, para limpar florestas e afins, do que termos um Museu Nadir Afonso e entre uma situação e a outra temos de optar. A Câmara entendeu que era importante ir para este tipo de obras, o futuro nos dirá.

A nível de custos e na questão da água eu não entendo como é que os custos vêm aumentando. Os cidadãos queixam-se que a água está mais cara e, incompreensivelmente, eu não entendo como é que na prestação de serviços nós não temos o direito a uma assistência após as 21 horas. Se eventualmente houver uma rotura o que vai acontecer é ficar toda a noite a derramar água. Depois vem a empresa Águas do Norte com o aumento na fatura. Digo isto porque já aconteceu comigo e com vizinhos; a partir das nove da noite não há piquete”.

Ana Maria Rodrigues Coelho do PSD – depois de cumprimentar os presentes disse que a sua intervenção começa por fazer uma pequena abordagem, de balanço, ao mandato de 2013/2017, que termina este ano.

O mandato 2013-2017 está a chegar ao fim. Assim, pese embora estejamos aqui para discutir a prestação de contas relativa ao exercício económico de 2016, importa na nossa opinião, fazer uma análise mais profunda, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista político, sobre a evolução das contas do município em todo este período. Sem demagogias e com o pragmatismo que se impõe.

Em primeiro lugar dirijo uma palavra de reconhecimento ao Executivo que, apesar da conjuntura externa desfavorável e da imposição, pelo Estado Central, de políticas de austeridade, com especial impacto na nossa região, pela sua ação diária, conseguiu desenvolver políticas públicas de proximidade, visando a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos nossos concidadãos, promovendo, de forma inequívoca, a coesão de todo o território do concelho, intervindo, e julgo ninguém ter dúvidas disso, nas áreas da educação, da solidariedade social, da cultura, do desporto, da qualificação e modernização do espaço e equipamentos públicos, das infraestruturas coletivas, da regeneração urbana e da promoção do turismo.

Os documentos de prestação de contas agora em análise evidenciam a realização do Plano e do Orçamento aprovados, nos termos da Lei, pelos órgãos municipais. Um plano e um orçamento rigorosos, suficientemente prudentes e fundamentados, ambiciosos e satisfatoriamente cumpridos, nos quais destacamos:

1. As taxas de execução de 85% no orçamento da receita e 83% no orçamento da despesa;
2. O saldo corrente positivo do município, permitindo o uso de receita corrente para cobertura de despesa de capital, de acordo com aquilo que são os bons princípios contabilísticos;
3. O resultado líquido, positivo, de mais de quatro milhões de Euros.
4. A redução do passivo em mais de 18 milhões de Euros (18,5%) relativamente a 2015.
5. Merecedor igualmente de nota de relevo é o percurso de 2013 até 31 de Dezembro de 2016 no que à dívida diz respeito. O executivo conseguiu uma redução de cerca de 1/3 da dívida, fazendo-a recuar cerca de 16,5 M€. Neste âmbito, destaque para a diminuição de 7,5 M€ relativamente a 2015, o que corresponde a uma redução de cerca de 21% só em 2016.
6. Em 2013 a Câmara Municipal demorava, em média, 231 dias a pagar aos seus fornecedores. Em 31 de Dezembro de 2016, este prazo era de 49 dias.

É de facto uma prova de que, apesar do contexto económico depressivo nacional que o País tem vivido, o Município tem vindo a conseguir reestruturar a sua dívida. A amortização integral do PAEL dá ainda mais corpo a essa recuperação.

Mesmo com todo este esforço, o Município conseguiu, nas Grandes Opções do Plano, atingir uma taxa de execução de 63,81%, sendo relevante destacar:



- Os mais de 500.000€ distribuídos por associações culturais, desportivas e/ou IPSS's;
- A transferência para as Juntas de Freguesia de mais de 620.000, para além da obra muitas vezes realizada diretamente nas freguesias, pelos funcionários e equipamentos municipais;
- Os mais de 250 000€ investidos em saneamento e abastecimento de água;

Menciono estes números, porque muitas vezes passam despercebidos, mas na realidade são demonstradores do forte investimento municipal na salvaguarda dos superiores interesses do Concelho e das suas Gentes. Se foi notória para todos a intervenção realizada no estádio Municipal Eng.º Branco Teixeira, que permitiu que o Nosso Grupo Desportivo de Chaves possa verdadeiramente jogar em casa e através dele se promova Chaves como "Capital Termal".

Talvez não seja tão notória a quantidade de caminhos rurais, emissários ou ETARS intervencionados, mas esses investimentos não são por isso menos relevantes, nem deixam de ser investimentos extremamente importantes para a população, mas estão nas contas.

Não é só com grandes obras que se melhora a qualidade de vida e o bem-estar das populações. O dia-a-dia é feito destas pequenas coisas. E estas pequenas coisas custam muitos recursos e o executivo municipal tem colocado o seu trabalho ao serviço destes interesses.

Mas relembro mais uma vez, que a sustentabilidade e a responsabilidade orçamental são determinantes e essenciais para se continuar a prosseguir uma política de investimento público, que qualifique o conjunto do nosso território e promova a coesão social. Neste sentido, chamo a vossa atenção para alguns números que julgo interessantes e que por vezes, podem passar despercebidos. O Município arrecadou, em 2016, pouco mais de um milhão e duzentos mil euros no que à cobrança de água diz respeito. Refira-se que, em igual período, para a adquirir água, o Município gastou mais de 2 milhões e seiscentos mil euros, assumindo, como despesa, essa diferença. Contudo, apesar de se poder considerar como um apoio "social" à população, porque o é, este défice não é contabilizado como tal, nas contas do município. E, se a este valor acrescentássemos os custos indiretos, provavelmente, atingiria outra dimensão. Espanta-me por isso, que tenha sido aqui referido o défice de exploração do Museu de Arte Contemporânea, que é um equipamento cultural e não é suposto dar lucro. Gostava de saber qual é o Museu que não tem défice de exploração. Devem ser muito poucos. Provavelmente o Museu dos Coches e pouco mais. Obviamente que se pretende que o seu défice de exploração seja minimizado, como todos os défices de exploração.

Estranho que este défice, que é assumido do ponto de vista do investimento social, e se venha apenas dizer que os contribuintes pagam muita água e que o preço da água podia descer, ao mesmo tempo que se critica a tentativa do Município reduzir o défice de exploração.

No início da minha intervenção, referi que na análise a estas contas deveríamos deixar de lado a demagogia. Então não podemos, como popularmente se diz, querer "sol na eira e chuva no nabal":

- Não podemos exigir ao executivo que não "gaste" tanto em juros e amortizações e pedir-lhes que diminuam o valor da dívida;
- Não podemos criticar o financiamento municipal através da arrecadação de impostos e exigir mais investimento;
- Não podemos exigir a constituição de provisões para acomodar riscos e simultaneamente questionar o aumento da despesa;



- Não podemos afirmar que é à custa dos contribuintes que o Município tem vindo a diminuir a dívida e não termos a coragem de reconhecer o esforço financeiro que é feito para que o preço da água não suba.

Na política não vale tudo, ou pelo menos, não deveria valer.

A coerência deve imperar.

Há ainda muito a fazer? Claro que sim. Mas é nossa obrigação reconhecer o trabalho desenvolvido, o empenho, a dedicação e o esforço, deste Executivo Municipal e de todos os seus colaboradores.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu as questões colocadas pelos Senhores deputados, pela ordem das intervenções.

Senhor deputado Manuel Cunha, a dívida do Município deixou de ser problema.

A dívida só passou a ser problema quando, por alterações legislativas, o governo mudou as regras e isso não era nada para esconder. Surgiu entretanto um conjunto de leis - a Lei dos Compromissos, de Cabimentos - e mediante essa mudança, tendo a Câmara as contas em cumprimento, no espaço de um ano as contas passaram para a situação de incumprimento.

Entendo que essa alteração legislativa não foi correta nem, justa, tendo em conta que o Orçamento foi feito com as regras que vigoravam antes da publicação da nova legislação e foi isso que levou a incumprimento.

Também sabemos, porque nunca foi escondido, que a grande dívida da Câmara – cerca de vinte e um milhões de euros – era com a Empresa Águas de Trás-os-Montes, pelo diferendo no que respeita à mudança unilateral do valor das tarifas, à sobrefaturação nas águas pluviais etc. etc. Tudo porque o modelo que esteve na base do contrato com a referida empresa, foi mal construído e temos sempre o dilema em que o Estado está constantemente a diminuir o Poder Local.

Há elementos desta Assembleia que estão constantemente contra a arrecadação de receitas, como se isso fosse crime. Eu pergunto: faz algum sentido que o Estado se esteja a financiar à custa de impostos pagos pelas autarquias locais? O IVA da iluminação pública era de 6% e passou para 23%. Então as câmaras municipais do país estão a prestar um serviço público e tem de pagar o IVA a 23%?

Já imaginaram as consequências se todas as câmaras do país passarem a desligar a energia elétrica a partir das 24 horas?

Podem fazê-lo porque têm autonomia para isso.

O país ficava às escuras, os assaltos aumentavam. Era o caos. Então fará algum sentido o Estado financiar-se à custa das autarquias locais?

Através da lei das Finanças Locais dá-lhes o dinheiro e em seguida retira-lho aumentando ao IVA da iluminação pública. Um serviço público imprescindível para a população.

A relação do Estado, através da sua Empresa, Águas de Trás-os-Montes, que tinha a tarifa mais alto do país, que com a fusão com as Águas do Norte desceu para um valor mais razoável, estava nitidamente, a explorar os Municípios de Trás-os-Montes. Foi a gestão desse conflito que levou à acumulação dessa dívida. Quanto ao resto não havia dívida significativa.

Quando o Senhor deputado Manuel Cunha diz que o executivo anterior não assumiu a dívida e isso não é verdade. Se não tivesse assumido a dívida não tinha vindo a esta Assembleia Municipal o PAEL e provavelmente o PAEL podia ter sido um pouco mais alto, mas a verdade é que ninguém me pode limitar de fazer inflexão de política.

Se assim fosse também o atual Primeiro-ministro, ao ter feito parte do governo do Eng.º José Sócrates, não pode tomar posições políticas diferentes daquelas que foram tomadas no governo a que pertenceu e que levou o país para um resgate financeiro e à vinda da Troika. Pode e deve. Deve governar com a realidade atual



para servir melhor Portugal e é isso mesmo o que eu tenho estado a fazer como Presidente da Câmara Municipal de Chaves.

É claro que temos de pagar juros. Se temos uma dívida temos de a pagar. O que a Câmara de Chaves fez foi reestruturar a dívida através do Plano de Saneamento Financeiro, acabando com a de curto prazo, e passando-a para médio e longo prazo. Relativamente às contas, a dívida que era de quarenta e cinco milhões e trinta e seis mil euros, no início do mandato, era a 31 de dezembro de 2016, de vinte e oito milhões e trinta e três mil euros e hoje é de vinte e sete milhões e vinte e nove mil euros.

Há membros desta Assembleia que fazem a análise e apenas reportam os pontos negativos e há outros que fazem igualmente a análise e vêm pontos positivos.

O Balanço final é que a dívida, nestes três anos, baixou de quarenta e cinco milhões para vinte e sete milhões de euros.

Este executivo tomou as decisões menos agradáveis, desde o aumento do IMI, às tarifas da água, saneamento e resíduos sólidos; equilibrou as contas do Município e por esse facto o candidato do Partido Socialista devia estar satisfeito. Mas a verdade é que não está. Não reconhece mérito no que foi feito. Só vê fantasmas.

Senhor deputado Manuel Cunha, para fazer um projeto para o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, para o valorizar e para o promover bem, é preciso dinheiro e para fazer mais e melhor é necessário fazer opções. Entendo que temos caminho para fazer mais mas temos que diminuir nalgum lado. Se pomos num lado temos de tirar do outro.

As propostas do Partido Socialista são sistematicamente as mesmas. É possível baixar o IMI para o mínimo, ou seja descer de 0.35 para 0.30, manter o apoio às famílias com filhos, aumentar os benefícios no parque habitacional do Centro Histórico etc.

Se virem bem as contas ninguém falou nisso mas a arrecadação da receita do IMI de 2016, comparativamente a 2015, baixou mais de seiscentos mil euros. É evidente que se a taxa de IMI estivesse a 0.30 a receita arrecadada seria menor em cerca de um milhão e meio de euros, mas isso para o PS não interessa.

Segundo o Partido Socialista em Chaves há condições para baixar a tarifa da água, o mesmo não acontece em Vila Real. No documento que vos foi distribuído na sessão da última Assembleia verifica-se que a água é mais cara no Município de Vila Real do que em Chaves. Um dos problemas da Câmara de Chaves, na gestão anterior, é que o défice de exploração da água era suportado pelo orçamento municipal, que chegou a ser de dois milhões de euros por ano. Essa situação, como todos sabem, implica duas coisas: o não fazer obra ou então aumentar a dívida. Não existe outra solução.

O sucesso do País deveu-se a que tivemos o défice mais baixo de há muitos anos a esta parte, mas a verdade é que a nossa dívida pública aumentou. Os impostos indiretos aumentaram brutalmente. O barril do petróleo já esteve a cento e vinte dólares e hoje está a cinquenta mas o preço dos combustíveis não baixam. Continuam muito altos apesar de haver margem para poderem baixar. Não há milagres.

Somos acusados de ter feito um investimento de capital baixo, e se o IMI estivesse no mínimo, se as tarifas estivessem no mínimo, provavelmente o investimento poderia ser ainda mais baixo porque ninguém coloca como possibilidade a Câmara não pagar os salários aos seus trabalhadores, de não pagar a energia da iluminação pública, de não assumir os seus compromissos. Isso é ponto de honra para quem faz gestão.

Foi para mim ponto de honra não devolver qualquer fatura à Empresa das Águas do Norte em 2016, quer de água, quer de saneamento. Foram todas pagas dentro do prazo e para isso é preciso ter receitas.



Senhora deputada Fátima Correia os dois milhões, cento e dezasseis mil oitocentos e oitenta e três euros, referente a outros proveitos e ganhos extraordinários são provenientes da venda das ações das Águas de Trás-os-Montes e encontram-se refletidos nas contas deste ano.

As questões de pormenor técnico vão ser dadas mais tarde. O défice do passado da Autarquia, como disse há pouco, era o défice tarifário da água.

Os dez mil visitantes do MACNA incluem os três dias em que não houve pagamento de entradas e esse número é fruto da estimativa feita pelos serviços. O estudo de viabilidade económica vai ser entregue.

O estudo foi feito numa previsão de cinco mil visitantes por ano. Qual é o Museu em Portugal que dá lucro? Se entendem que uma cidade do interior, que fica longe dos grandes centros populacionais, tem capacidade para trazer multidões para visitar museus desenganem-se porque isso não é possível. E por isso não temos direito a ter os nossos museus?

O número de aquisições nas Termas de Chaves, nos anos melhores, nunca ultrapassou os seis mil por ano. Se o MACNA trouxer mais cinco mil já é muito bom.

Agradeço a análise do *Senhor deputado Francisco Preto*.

Senhor deputado Nuno Vaz a casa não estava nem está destruída. Na sessão da Assembleia Municipal do dia dezoito de dezembro de 2013, na qual apresentei o Orçamento para o ano de 2014, nunca neguei número nenhum. Trouxe as contas certinhas e vocês vieram cá com os sessenta milhões. Afinal onde está o “papão” dos sessenta milhões? Desapareceu. A dívida já não é argumento para o PS.

É lógico que a dívida que existia tinha de ser paga, ou o Senhor acha que devíamos aumentá-la mais? Fazíamos estradas, pavilhões, etc. e aumentávamos a dívida. O Senhor acha isso correto? Um dia alguém teria de a pagar e com juros.

Já disse e repito que, nessa lógica, o atual Primeiro-Ministro também nunca poderá fugir da linha condutora do governo em que fez parte com o Eng.º Sócrates, que deixou o país com uma troika às costas. No seu entender só quem nunca foi governante é que pode mudar as coisas. Não é assim.

Fiz parte de uma equipa, da qual me orgulho e já expliquei diversas vezes porque chegamos àquela dívida. O problema está resolvido e tenho todo o direito de ter outra forma de atuar, com políticas diferentes.

Demonstrei nesta Assembleia, que apesar da obra significativa que foi feita no triénio 2014/2015/2016, é com muita satisfação e orgulho que digo: temos em Chaves um Museu de Arte Contemporânea, com um projeto de Sisa Vieira e com obras do Mestre Nadir Afonso. Não é qualquer cidade do país que se pode orgulhar disso e também não acredito que haja alguma, incluindo Porto ou Lisboa, que pudesse rejeitar essa obra. É evidente que vai ter custos mas também vai valorizar o nosso território e nada melhor do que o tempo para nos dar razão.

Todos nos lembramos dos discursos críticos em relação ao Centro Cultural de Belém. No entanto hoje é uma das grandes obras importantes de Lisboa. Até se vai construir um grande hotel na periferia para melhor poder visitar o Centro Cultural.

O Senhor deputado refere reiteradamente o pagamento de juros e eu pergunto-lhe: existe outra solução? Quando contraímos uma dívida logicamente que temos de a pagar com a amortização do capital e com os respetivos juros. O mesmo acontece com as contas do Estado. Se bem me lembro nas contas do Estado, o que foi dito é que o resultado operacional do ano de 2016 foi positivo; o que o levou a negativo foi o pagamento de juros e mesmo assim a dívida pública aumentou porque o Estado vai financiar-se para pagar os juros, dos juros, dos juros e a dívida pública aumenta.

No Município de Chaves não aconteceu isso. Diminuí tudo de forma drástica, brutal. Amortizámos a dívida e conseqüentemente o juros também.



O Senhor deputado Manuel Cunha perguntou à custa do quê? À custa do país. À custa da diminuição no setor da saúde. O país está a reduzir brutalmente nos gastos com a saúde; à custa do emprego para os jovens.

Em 2016 o Governo não atribuiu um único estágio do PEPAL e em 2017 vai pelo mesmo caminho. Não houve um único estágio profissional para a administração pública, apesar de os municípios se terem candidatado. Há muita maneira de poupar dinheiro que quase não se dá conta. Ter estágios profissionais para os jovens licenciados não é determinante. O único que dá conta é o jovem que bate à porta das autarquias a pedir estágios e não há. Os municípios apresentaram candidaturas mas não lhes foram aprovadas. É assim que o défice desce para 2,1%, poupando nos bens essenciais.

Há aqui alguém que concorde que o Serviço Nacional de Saúde tem melhorado? Tem piorado no país inteiro e quem sofre somos todos nós.

O Senhor deputado Nuno Vaz diz também que o equilíbrio das contas se conseguiu à custa da maximização das receitas fiscais.

Maximização?

Então um imposto que por Lei, varia entre 0.3 e 0.5, estar a ser cobrado a 0.35 está maximizado? Nem a menos de metade está. Podia estar a 0.5 que é o que muitos municípios cobram. No nosso concelho o IMI está a 0.35. Onde está a maximização?

O Senhor deputado inicialmente incluiu a receita da água nas receitas fiscais e depois corrigiu. Efetivamente a receita da água não é uma receita fiscal.

Disse que há vendas que não são repetidas. Só se for em Chaves. As receitas com contratos com a EDP, com contratos com MEO, com a TELECOM, etc. não se repetem mais?

Os sucessivos governos baixaram o défice vendendo os ativos. Aliás se refletirmos verificamos que o Governo já vendeu a REN, a EDP, CTT, TELECOMUNICÇÕES, parte da TAP e na Saúde fez parcerias público privadas. Parece que não tem mais grandes empresas para vender.

Estou tranquilo para ser escrutinado. Naturalmente que não estou aqui a dizer que vou ganhar as eleições. Cada um toma as suas decisões. Estou tranquilo porque entendo que fiz aquilo que pude fazer. Não é o que gostava de ter feito. Fiz o que pude fazer, em função das limitações. Todos os dias saio do meu gabinete com a cabeça levantada e percorro as ruas da cidade a qualquer hora do dia ou da noite sem receio que alguém me diga que fiz isto ou aquilo de prejudicial.

Chaves tem passado, tem presente e terá futuro é nisso que eu acredito. O que é preocupante é a realidade do interior do país.

Há uns dias a RTP1, organizou o programa de debate público “Prós e Contras” em Vila Real. Não fui convidado para poder colocar uma pergunta. Quis participar mas foi-me dito que apenas poderia ficar na sala sem direito a falar, porque as pessoas que iriam falar já estavam escolhidas. Eram todas de Vila Real. Isto demonstra que o problema da interioridade em Portugal apenas se foca nas capitais de distrito e que a coesão territorial pura e simplesmente não existe. O Reitor da Universidade, Dr. Fontainhas Fernandes, disse que Portugal era demasiado centralista. No intervalo pedi ao Presidente da Câmara da Guarda que perguntasse ao Senhor Reitor porque é que acabou com o Pólo da UTAD em Chaves.

Escrevi para a direção de programas da RTP dizendo-lhes que se quiserem discutir o problema da interioridade em Portugal e referenciando os mesmos distritos que foram convidados, devem convidar Barrancos, Belmonte e Vinhais ou Montalegre e verão que os discursos dos Presidentes das Câmaras não são os mesmos.

Após o “25 de Abril” determinado Governo entendeu que tinha de se aumentar o número de pessoas licenciadas no país e para isso era necessário criar uma rede do Ensino Superior distribuída pelo território. A escolha dos locais para implantação das



universidades/politécnicos foram as capitais de distrito e daí para cá nada se modificou. Continua a ir tudo para as capitais de distrito.

A Ministra da Justiça do governo anterior fez exatamente a mesma coisa. Colocou o Tribunal da Comarca em Vila Real e o Tribunal da Relação foi para Guimarães. Será que não podia ficar um em Chaves?

Concordo com o Hospital Central em Vila Real, tendo em conta a rede viária que temos.

Este Governo está a fazer uma equipa de missão para o interior mas tenho para mim que o balanço final vai ser zero. Isto porque é preciso ter coragem para fazer a deslocação de serviços e essa coragem representa perda de votos. Mas se o país precisa de se reequilibrar, em termos de distribuição de serviços, e de demografia, então há que perder votos para o fazer. Há serviços que podiam estar em Chaves, em Montalegre, em Vinhais, em Mirandela, e estão em Lisboa e no Porto.

Se acabarem com o Regimento de Transmissões que fica na zona da Circunvalação no Porto, as gentes do Porto nem sequer se apercebem, com exceção dos militares que ali trabalham. Mas se os trezentos ou quatrocentos militares que estão ali confinados viessem para Chaves certamente que nós dávamos conta e muito.

Em contrapartida as instalações do Porto tem um valor patrimonial muito elevado e seria fácil vendê-las. Mas se acabarem com o Regimento de Infantaria de Chaves o que fazem aos edifícios? Nada, porque ninguém os compra.

O exército não seria diminuído e dessa forma estávamos a promover a coesão territorial. Ao nível do Centro Hospitalar só teriam de diferenciar a Unidade de Chaves com um serviço específico, sem por em causa o serviço de urgência polivalente do Hospital de Vila Real.

A diferença é que quando as pessoas têm de vir a Chaves fazer algum exame que Vila Real não tenha, caso dos tac, é o Hospital que paga, mas quando é o contrário são as pessoas que pagam as deslocações do seu bolso e essa diferença já é significativa.

Continua a haver a fantasia de que devemos baixar os impostos e as tarifas mas ao mesmo tempo devemos aumentar o investimento. Isto é magia e eu não sei como se faz. Como é possível diminuir as receitas e aumentar as despesas sem aumentar a dívida?

Informo o *Senhor deputado Manuel Guerra* que o concurso da segunda fase do Museu das Termas Romanas vai à próxima reunião de Câmara. O saldo da gerência destas contas, em discussão, vai reforçar o PPI num milhão de euros para essa obra. Sei que vão dizer que é mais um milhão de euros que faria falta para requalificar estradas e ao mesmo tempo dizem que aquela obra está a deteriorar-se e que não está a servir o turismo. Em que ficamos? Qual é a solução?

Queremos que seja musealizado e entre em funcionamento ou não? Imagino que todos diremos que sim mas isso não pode ser feito sem custos. A obra custa esse dinheiro.

Senhor deputado Manuel Guerra quanto custa a cultura? Quanto custa a educação? Quanto custa a saúde?

Eu sei quanto custa. Custa o desenvolvimento de um povo. Ou temos bons serviços culturais espalhados pelo território, boa educação e boa saúde e temos um povo desenvolvido e feliz ou então não temos nada. Seríamos muito primários e muito triste que, mesmo na altura de crise, puséssemos a cultura de lado para investir em mais cinco metros quadrados de asfalto. Tenho para mim que mais vale deixar degradar os cinco metros quadrados de asfalto e nunca perder a preocupação de manter um bom nível cultural, um bom nível de educação naquilo em que nos for possível e que o Estado não deixe de garantir um bom serviço de saúde para servir bem os portugueses. Ser social-democrata é dar igual acesso aos bens essenciais a todos os cidadãos, independentemente se são ricos ou se são pobres. Sabemos que,



por muito que nos esforcemos, nunca conseguiremos ser absolutamente justos. Os custos são necessários para termos uma sociedade desenvolvida.

O piquete de reparação de roturas funciona toda a noite e para isso basta ligar o número 276 341 877. Reconheço que já devíamos ter em funcionamento o número verde, mas a verdade é que este número atende a qualquer hora do dia ou da noite. Pode não atender momentaneamente se estão a consertar alguma rotura mas deve-se insistir porque as chamadas são reencaminhadas para um telemóvel.

Agradeço a análise feita pela *Senhora deputada Ana Coelho*.

Pelas análises feitas, verifica-se que há sempre quem olhe apenas para os números negativos e há quem olhe para os documentos de uma forma global. Para os positivos e para os negativos.

Na minha opinião o balanço é francamente positivo e por isso peço a vossa aprovação.

Manuel Guerra Afonso do MAI – disse que a sua alusão ao horário do piquete se deve ao facto de lhe ter sido dito, pelos senhores que se deslocaram ao local, que a partir das 21 horas da noite, até ao dia seguinte, não havia trabalhadores disponíveis. “Estivemos privados de água desde as 21 horas. Foram lá, efetivamente, mas disseram que a partir das nove horas não havia hipótese. Só no dia a seguir. Na prática foi o que aconteceu. O Senhor Presidente confirma que há sempre alguém para ir se estiver disponível? “

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que há sempre alguém disponível, vinte e quatro horas, para atuar.

Pode acontecer é que se a rotura não for de grande significado só se resolver no dia seguinte.

O que o *Senhor deputado Manuel Guerra* afirmou foi que a água se ficava a perder toda a noite e isso não é verdade. Logo que os Serviços têm conhecimento da rotura procedem ao corte da água e depois é resolvido de imediato ou não, mas o piquete continua operacional. Há roturas que mobilizam equipas com meios muito mais bastos, nomeadamente máquinas; uma retroescavadora, por exemplo, e o operador da retroescavadora não está de piquete. Mas em situações especiais e dependendo da gravidade/dimensão da rotura, ela é mobilizada.

Fátima Liliana Fontes Correia do PS disse que a *Senhora deputada Ana Coelho*, na sua intervenção fez uma reposição entre o valor arrecadado de um milhão e duzentos e vinte mil euros, da venda de água e do valor pago pela água, num total de dois milhões seiscientos e quarenta e seis mil euros.

Pergunto se neste valor mencionado, da água, na parte da despesa, não está também incluído o saneamento? Se está incluído estamos a falar numa receita de três milhões de euros. Na receita está discriminado e na despesa não está. Se inclui faz bastante diferença naquilo que a *Senhora deputada Ana Coelho* disse porque a receita é de três milhões, contra dois milhões, de despesa. Para além de termos de considerar que nesta despesa, de água e saneamento, também está uma despesa de auto consumo da Câmara e que não se encontra discriminada à parte.

Relativamente ao Museu de Arte Contemporânea eu sei que os museus não têm que dar lucro, sei que tem outro tipo de utilidade para os cidadãos e não têm de dar lucro. Muitos deles até são geridos por Fundações que não têm, propriamente, esse objetivo, e o nosso também devia ser gerido por uma Fundação.

O que a mim me preocupa é o défice que o Museu poderá criar anualmente, contrapondo com o número de visitantes estimados, que são só cinco mil.

Eu sei que não podemos comparar, mas o Museu de Serralves tem anualmente meio milhão de visitantes. Em termos de investimento o MACNA custou cerca de oito milhões de euros e é o défice que gera, que me preocupa. Um mero evento, como uma “Sexta-feira 13” em Montalegre atrai trinta mil visitantes e tem um custo de 90



mil euros. O que me preocupa não é o Museu dar lucro. É o número de visitantes que atrai.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que os erros não se comentem. Evitam-se.

Nós hoje só estamos a discutir a questão da dívida, dos juros e do desperdício que isso representa porque alguém decidiu tomar estas decisões. Queriam que nós viéssemos aqui dizer que foi um desempenho excepcional e que o que aconteceu foi notável e tem de ser valorizada. Não. Nós temos que aferir a causa e do que estamos a falar e não estamos a falar de um investimento reprodutivo.

Se efetivamente todo esse investimento, que gerou este défice, nomeadamente a Plataforma Logística, o MARC, o Parque Empresarial, se tivesse traduzido em mais atividade económica e mais emprego, hoje não estávamos aqui com estas críticas.

As nossas críticas são que, com tanto investimento, que gerou toda esta dívida, esse não foi verdadeiramente um investimento. Foi um custo.

O que nós dizemos é que tinha de haver um desenho adequado de todos os investimentos para que o desequilíbrio não fosse tão manifesto. Dizemos o mesmo relativamente ao Museu de Arte Contemporânea.

Lembram-se de nesta Assembleia Municipal se ter dito que iríamos ter um Parque Empresarial idêntico ao de Barcelona? Provavelmente a Fundação é uma coisa parecida. Temos de ter noção da nossa realidade e fazer uma coisa à nossa dimensão, com ambição, não com loucura.

O Senhor Presidente disse que não podiam continuar a meter a cabeça na areia. Se não podiam continuar a meter a cabeça na areia é porque durante algum tempo o fizeram. Digo, parece-me.

Não estamos a discutir as contas do Estado nem de qualquer outro município. Nós estamos aqui a discutir as contas do Município de Chaves. São essas que centram a nossa atividade e é delas que temos de falar. O Senhor Presidente não pensava que o PS viesse aqui, pegasse nos poucos aspetos que tem valorização, desse nota disso e esquecesse o essencial. Era isso que pretendia? Na cultura democrática tem de ouvir os argumentos da oposição e respeitá-los. Estamos a discutir aqui ideias, pontos de vista, análises. Só isso.

O que nós entendemos é que estes três anos foram tempo perdido. Não se tivessem feito as asneiras que se fizeram e estes três anos tinham sido tempos de fazer investimentos, tempos de ter capacidade de atração, o que só poderemos fazer no próximo mandato. O que não foi feito neste mandato terá de ser feito no próximo.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

Senhora deputada Fátima Correia a futuração da água e do saneamento é independente e no orçamento está separada. Água de um lado e o saneamento do outro, resultando também num pagamento de faturas, independente.

Em Chaves, como em nenhum município do país, as pessoas não vivem fechadas numa caixa e, nada do que diz respeito a relações sociais, alguém é analisado como um ser absoluto. É sempre como um ser relativo.

Quando alguém critica as contas do Município de Chaves ou de outro município qualquer, da forma como é feito, indo buscar exemplos nacionais, não é nada de mais. Não é estar a fugir a nada. É comparar a evolução, positivamente ou negativamente.

Quanto não daria o Governo para não ter a dívida pública que tem, pagar os juros que paga, e com isso ainda aumentar, cada vez, mais a dívida pública. Se a dívida do Estado fosse como era há anos, quando tudo começou a descambar, que era de 60% do produto interno bruto, com taxas de juros baixas, naturalmente que até o superávit havido, nas contas primárias, podia ser investido em coisas melhores. Mas não é assim. Acabou por aumentar a dívida pública e como tem um problema tem de o resolver. As situações têm de ser analisadas de igual forma. A diferença é que no



Município de Chaves não se aumentou à dívida pública. Diminuiu-se de uma forma significativa.

Poderão dizer: o que não se faria de não houvesse dívida. Com dezassete milhões de euros faziam-se imensas coisas em políticas sociais, em equipamentos, em infraestruturas etc. Concordo plenamente. Mas a realidade era esta e era a realidade que todos os membros desta Assembleia Municipal queriam ver alterada.

Dizem: não tivessem chegado aí. Não tivesse o governo chegado à dívida pública que tem! Mas chegou-se. É a realidade, a minha realidade que não escondi de ninguém, desde o primeiro dia.

A realidade deste Governo quando iniciou funções era a que era e hoje está como está. Felizmente baixou bastante o défice, não conseguiu baixar a dívida pública, mas o balanço é positivo, graças à gestão feita e aos portugueses que fizeram sacrifícios. Aqui é igual, graças ao Executivo Municipal e aos flavienses que contribuem com os seus impostos e tarifas. A análise tem de ser feita em função de outras realidades. Não podemos viver fechados porque se vivêssemos fechados, dentro de um casulo, a nossa realidade seria muito triste.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 55 votos a favor, 2 abstenções da CDU e 10 votos contra (9 do PS e 1 do MAI).

O senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto: “ a fundação do sentido de voto expresso pela bancada do Partido Socialista é escorada sobretudo nos seguintes considerandos: Este exercício, à semelhança dos últimos dois exercícios, representa um tempo perdido no que diz respeito ao investimento, ao desenvolvimento e à satisfação das necessidades mais básicas da população. Este exercício representa uma insuficiente e manifesta incapacidade de investimentos, em domínios sociais e de desenvolvimento local, que pudessem de alguma forma contribuir para atenuar o estado anémico económico, vivido neste concelho.

O voto é contra porque entendemos que o desperdício causado por uma gestão desequilibrada, pouco ponderada e pouco cautelosa, fez com que em quatro anos fossem desperdiçados mais de seis milhões de euros em juros e encargos financeiros.

O nosso voto é contra porque entendemos que a estratégia seguida, de obras megalómanas, mal desenhadas, mal dimensionadas e com pouca utilidade como são aquelas que verdadeiramente já não tem nenhuma utilidade, Mercado Abastecedor, Plataforma Logística, foram, sobretudo, exemplos claros de má gestão e mau planeamento que é necessário reprovar. Porque entendemos quer este não é o caminho, que esta não é a solução e por isso o nosso voto é contra”.

PONTO 6 – 1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017. INFORMAÇÃO/ PROPOSTA Nº ST/2017. – Para apreciação, discussão e votação;

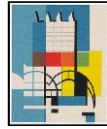
O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta.

Esta revisão é para incorporar o saldo do exercício relativo ao ano de 2016, cuja proposta acabou de ser aprovado de uma forma esmagadora, no valor um 1.502.944,20€ e o reforço do PPI, com um milhão de euros para a musealização das Termas Romanas.

Esta obra irá brevemente a concurso e com isso valorizar o achado arqueológico extraordinário que ali temos e do qual os flavienses certamente se vão orgulhar no futuro.

Intervenções:

Fátima Liliana Fontes Correia do PS - perguntou se o reforço de um milhão de euros no PPI para a obra de musealização das Termas Romanas de Chaves inclui também a parte de melhoria da eficiência energética e ambiental, nomeadamente a solução dos problemas para a extração das humidades já aqui apontadas.



Pergunto também se para este milhão de euros, agora alocado a esta obra, não existem apoios comunitários. Caso existam não deviam estar refletidos nas receitas? Já que se está a fazer uma revisão do Orçamento para 2017, com a internalização do MARC, como vamos verificar no ponto seguinte, vão aumentar os encargos financeiros do Município.

Em 2017, entre juros, amortização do capital e imposto de selo a Câmara vai pagar mais 524 mil euros, pergunto se este valor não devia estar também inscrito na despesa, uma vez que neste momento já se tem conhecimento que ele vai existir.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que este é um bom exemplo de que se tivesse havido critério, boa escolha e decisão acertada, estaríamos hoje a falar de uma despesa menor, neste equipamento.

Concordamos que efetivamente se preserve este achado arqueológico. Discutimos as soluções, técnica, arquitetónica, funcional e mecânica, que foram decididas para esta obra, porque entendemos que, por ventura, haveria outras soluções. A verdade é que se foi decidido fazer esta cobertura, dever-se-ia ter estudado o projeto, na fase da concessão, percebendo que havia um problema, básico de condensação.

Provavelmente deveria ter havido mais tempo na preparação do estudo e na concessão e menos tempo na execução.

Há um país conhecido como referência neste modelo. Os japoneses pensam muito, discutem muito, planificam bem e depois executam rápido. Nós, provavelmente fazemos o contrário e muitas das nossas ineficiências resultam da pressa porque achamos que o plano e o projeto não são muito importantes.

Há semelhança de outros projetos que já antes identificamos, está aqui um exemplo de poupança que, se por ventura, houvesse bom critério seria feito diferente é por essa razão, que muitas vezes fazemos as censuras que fazemos.

Manuel Guerra Afonso do MAI – disse que um milhão de euros é muito dinheiro.

“O Senhor Presidente diz com frequência a nós membros da Assembleia que o problema é a dotação financeira; nós não fazemos ou não podemos fazer porque não temos dotação financeira.

Um milhão de euros é um milhão de euros. É muito dinheiro e não sei se vai ficar concluído. Depois ainda acresce a isso o que vai vir a seguir, que é a despesa em termos energéticos, que não sabemos de quanto irá ser. Não está contabilizada.

O Senhor acha que está muito bem. É um milhão de euros e vai-se acabar porque, supostamente, se as coisas tivessem corrido bem, ou se não andassem com o carro à frente dos bois, se os estudos prévios tivessem sido melhores do que o que foram, hoje não gastaríamos este milhão de euros. Há quem fale num milhão e duzentos. Vamos ver como fica a conta final. Neste momento devíamos ter o Museu a funcionar.

Depois não há dinheiro para as freguesias. Fazem falta uns trocos ali numa aldeia, fazem falta mais uns trocos e enquanto andamos ali há cerca de quinze anos, com um buraco. Esta tarde foi aqui dito que nas freiras houve lá um buraco durante dois anos e nós temos ali um cubo que não sabemos o que é; já lhe deram várias nomeações há cerca de quinze anos e não sabemos como vai acabar. Qual vai ser o fim nem os custos finais, nem depois a manutenção.

O que me custa e tenho de o referir aqui, o meio rural tem sido desprezado em prol da cidade. Não tenho nada contra a cidade, mas custa-me que os mais fracos, os mais pobres, os mais desprotegidos são sempre abandonados. E não compreendo este investimento quando o Senhor Presidente anda sempre a desculpar-se com a falta de verba. Ao que parece também vai haver verba, qualquer dia, para desfazermos o Bacalhau. Só não entendo é porque não há verba para aquilo que é essencial. E não me canso de repetir. Pedir água para uma família não é muito. É uma gotinha de água nesses milhões”.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas.



Um milhão de euros é para concluir a obra, em todas as vertentes. Na desumidificação, na musealização, no arranjo de superfície e na eficiência energética com painéis fotovoltaicos, para reduzir o consumo de energia elétrica.

O arquiteto vai apresentar o projeto na próxima segunda-feira, dia dez, às 21 horas, na Biblioteca Municipal, e os membros desta Assembleia Municipal estão convidados para estar presentes.

Em termos de financiamento comunitário, como atrás já disse, temos uma candidatura elaborada, que ainda está em apreciação. Ao nível do Norte 2020 ainda não há nenhuma decisão sobre as candidaturas na área da cultura, em todo o país. Estou convicto que a nossa candidatura será aprovada porque se trata de um monumento nacional.

Quando se fala em situações mal programadas, mal planeadas e mal executadas, está a pôr-se em causa uma equipa muito basta. Não é o Presidente da Câmara, nem o Executivo Municipal. Desenganam-se aqueles que são pessoas absolutamente providencial e que resolvem tudo; que uma vez no poder, todos fazem o que a pessoa quer, que tem as competências todas, desde a arquitetura à engenharia eletrotécnica e mecânica, à jurídica, à social etc.

As Autarquias têm equipas nas várias áreas da sua atuação, que analisam os processos e os colocam devidamente organizados ao executivo para que este os possa aprovar. O papel fundamental do Presidente da Câmara é decidir se faz esta ou aquela obra; o modo, a elaboração e a apreciação técnica do projeto cabe aos técnicos responsáveis. Há uma decisão de montante, que é planejar as obras que são ou não executadas. A competência técnica para avaliar ao pormenor é dos técnicos responsáveis. Se neste momento me perguntarem se garanto que o projeto de engenharia mecânica vai ser eficaz, eu respondo que não estou em condições para dizer que sim. Os técnicos dizem-me que sim, mas se resulta mal a culpa é minha.

Já foi aqui dito que quando se mandou elaborar o projeto, através de concurso público, não conhecíamos a real dimensão do achado. Na altura só havia um tanque descoberto. O restante apareceu posteriormente porque estava coberto pelos taludes.

Se não fosse a situação do financiamento comunitário, com cumprimento de prazos e com o conhecimento que hoje temos da obra, o que devia ter sido feito era a elaboração um projeto de contenção periférica, para garantir eficiência na escavação, e prevenir possíveis desabamentos. Os arqueólogos trabalhavam no terreno, recebíamos o achado e em seguida estudava-se a forma de o tratar, através de um projeto final. Isto na verdade era o que devia ter sido feito.

A verdade é que quando apresentamos a candidatura aos fundos comunitários, o projeto foi aprovado com uma solução arquitetónica que teve de ser alterada no meio do percurso.

Quando se estava a fazer a escavação para a implantação de duas sapatas de suporte de pilares, para que a cobertura fosse desnivelada, a Direção Regional de Cultura do Norte, que é a entidade que superintende nesta matéria, não deixou continuar, alegando que o pavimento do Balneário é fundamental e por essa razão não podia ser destruído. Em função disso teve de se arranjar, rapidamente, outra solução estrutural, para resolver, solução estrutural essa, que absorveu todo o dinheiro disponível da candidatura, referente à primeira empreitada, ficando de fora a musealização.

Quando foi feito concurso para musealização do projeto, apenas conhecíamos a existência de uma nascente lateral, de pequeno caudal. Não sabíamos que haviam mais nascentes, não sabíamos qual o volume do caudal de água e a que temperatura nascia.

Entretanto foram surgindo uma série de situações que levaram a que tudo tivesse de ser revisto e não foi possível planejar melhor. Será que alguém aqui queria que as



coisas tivessem corrido desta forma? Claro que não. Todos gostamos de planear bem, mas a verdade é que à data, e com o conhecimento que se tinha, no qual participava um grande número de cidadãos, incluindo a Direção Geral da Cultura do Norte, o resultado foi aquele e em função de tudo isso fomos obrigados a fazer as alterações que aconteceram.

Sei que se tivesse havido liberdade, à cabeça, mesmo que a solução fosse apenas uma praça, havia métodos, em termos de engenharia, para criar vigas entrelaçadas, para que fosse uma estrutura mais ligeira, mas resistente. A verdade é que o tempo para resolver o problema, foi muito curto. Corríamos o risco de perder a candidatura e tínhamos devolver o fundo comunitário, no valor de um milhão e duzentos mil euros. A solução que surgiu foi aquela e foi aprovada pela Câmara Municipal e pelo IGESPAR.

Em obras públicas nem sempre as coisas correm como desejamos. Todos nos lembramos da derrapagem do metro de Lisboa, na ligação do ramal a Santa Apolónia, no aluvião do Tejo, na zona do Terreiro do Paço, em consequência das escavações. Foram soluções sobre soluções e mais soluções intermináveis, até encontrar a solução definitiva, com a quantidade de dinheiro que se gastou, para além do que estava previsto. Será que a obra não foi bem planeada pelo LENEC e por outros Técnicos de Engenharia altamente competentes que o país tem? Ou será que foi pelos imprevistos que foram surgindo, que tudo aconteceu?

As coisas não acontecem como nós as queremos e perante um problema há que encontrar a solução. A solução foi encontrada, a Praça está fechada e a segunda fase vai resolver o que falta.

A candidatura à segunda fase tem o valor de oitocentos mil euros e se for aprovada, como esperamos, vai reforçar o orçamento da Autarquia na parte da receita.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 48 votos a favor, 12 abstenções (9 do PS e 1 do MAI e 2 da CDU) e zero votos contra.

PONTO 7 – INTERNALIZAÇÃO DA MARC – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE CHAVES, S.A.. PROPOSTA Nº 42/GAP/2017- Para apreciação, discussão e votação;

O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

Este assunto já veio a esta Assembleia Municipal mais do que uma vez e volta agora porque o Tribunal de Contas para a conceção do visto exige saber, com todo o rigor, qual é o encargo financeiro que está em causa.

O encargo financeiro é o que consta da proposta. Num dos empréstimos é de oitocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e seis euros e no outro é de dois milhões, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e três euros, resultando num total de três milhões cento e trinta e sete mil euros, sobre qual vão incidir os respetivos juros.

O plano de pagamentos (juros e amortização do capital em dívida) é de 10 anos; vai de 2017 a 2027, com a primeira prestação a pagar em outubro.

Este assunto só vem aqui para que a Câmara valide e aprove a contração deste empréstimo. Porque funciona como um empréstimo já que este é o passivo da empresa que a Câmara Municipal tem de assumir. Vamos incorporá-lo como um ativo, mas como não o vamos vender, o que está em causa é o passivo.

O Tribunal de Contas quer que a Assembleia Municipal aprove a incorporação deste passivo com este valor e de acordo com o plano de pagamentos que nos foi remetido pela entidade bancária.

Se for visado sabemos que começamos a pagar a primeira prestação em outubro de 2017 e a última em janeiro de 2027, entre juros e amortização do capital em dívida.

Intervenções:



Fátima Liliana Fontes Correia do PS – disse que o valor que antes referiu era o de 2017, que inclui juros, amortização de capital e imposto de selo, senão vejamos: Plano de pagamentos. Vencimento a 11 de outubro de 2017 para o empréstimo de oitocentos mil euros: amortização de capital, dezoito mil euros; juros cento e trinta e nove mil euros, imposto de selo, cinco mil quinhentos e sessenta e um euros. Para o empréstimo de dois milhões e duzentos mil a 11 de outubro de 2017: amortização de capital, cinquenta mil euros; juros duzentos e noventa e nove mil euros, imposto de selo, onze mil e novecentos euros. Estes são os encargos financeiros de 2017.

Relativamente ao valor em dívida se o Município tivesse começado a pagar a dívida em 2016, pelas simulações que aqui estão feitas, o valor em dívida seria de dois milhões e oitocentos mil euros, a contrastar com três milhões e cem mil euros atuais e o valor a pagar de juros seria de novecentos e treze mil euros. Havia aqui uma poupança de quatrocentos e cinquenta e um mil euros.

O Senhor Presidente não respondeu à pergunta que há pouco lhe fiz, uma vez que já há a perspectiva de começar a pagar em outubro, se este valor de quinhentos e vinte e quatro mil euros, não devia ser inscrito no Orçamento, uma vez que se fez uma revisão do orçamento para 2017.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU - disse que toda a arquitetura dos mercados abastecedores foi um “barrete” nacional mas ninguém vai para a cadeia. O problema não é apenas da Câmara de Chaves. O Plano foi nacional.

Ao mesmo tempo não é possível promover as grandes superfícies, que têm redes de abastecimento próprias e agora temos de pagar os milhões que foram investidos.

É evidente que a dívida tem de ser internalizada na autarquia, tem de se pagar, para um investimento que foi mal pensado desde o início. Este é um bom exemplo de uma conjugação de asneiras entre o Partido Socialista, que foi quem fez este Plano, quando estava no Governo e neste caso uma autarquia do PSD. Não sei, com rigor, se este Plano já vinha da Câmara de gestão socialista ou não.

É mais um exemplo de como o País se endividou em projetos faraónicos. O projeto em si podia nem estar errado, o que não se pode é atafulhar as regiões com grandes superfícies, que têm as suas próprias redes de abastecimento e vem um Mercado Abastecedor numa altura em que a União Europeia exigiu às regiões que deixassem de produzir. Depois temos uma dívida.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que esta questão tem vindo, a ser suscitada nesta Assembleia Municipal e que se já há muito tempo se tinha chegado à conclusão que a solução de construir mercados abastecedores não servia este território, não servia os comerciantes e não servia os retalhistas. Então como se demorou tanto tempo a chegar aqui?

Como é que em momento anterior sabendo que a solução não era idónea, que não gerava eficiência, que não era adequada e que não respondeu àquilo que tinha sido a finalidade....

O Senhor deputado interrompeu para dizer o seguinte: «Quero que fique inscrito em ata que o membro desta Assembleia disse que eu tinha os ouvidos sujos». Este é um espaço de democracia, de tolerância e de respeito.

Continuou a intervenção. Se há muito tempo se tinha chegado à conclusão que esta solução dos mercados abastecedores não respondia ao que era o desígnio da sua constituição, não percebo como é que se estiveram tantos anos para se fazer a sua internalização.

Faço o desafio de fazer as contas no sentido de se perceber quantos salários foram pagos no MARC, designadamente ao Conselho de Administração. Era importante saber quem foi o Conselho de Administração, que remuneração teve e, sobretudo que proveitos essa gestão teve, nesses exercícios. Também gostávamos de saber que se a decisão tivesse sido atempada, ajustada, qual tinha sido a poupança conseguida neste domínio.



Também gostávamos de saber, se relativamente a este empréstimo, que tem um spread elevado – 3.5% - não seria possível, se eventualmente estivesse internalizado, ter taxa muito próxima da que foi conseguida pelo Município em empréstimos bem recentes. Se o Senhor Presidente queria exemplos de poupança, de boa gestão, já tem três. Mas temos mais.

Também não conseguimos entender que o plano de pagamentos de reembolso de capital e juros, só esteja previsto para 11 de outubro. Porquê 11 de outubro? Nós estamos em abril. Qual foi o período a partir do qual deixámos de pagar juros e também as amortizações? Qual foi a solução de resolução e quais os encargos adicionais que gerou essa decisão?

Gostaríamos também de saber qual o tipo de solução que foi encontrada entre os parceiros, nomeadamente a ACISAT e a Cooperativa Agrícola Norte Transmontana e qual o grau de distribuição de responsabilidades, neste domínio.

Provavelmente a internalização do MARC não aconteceu antes porque não dava jeito e fixam-se os reembolso dos juros a partir do dia 11 de outubro porque dá jeito.

Francisco José T. Lopes da Silva Preto do **MAI** – disse que esta proposta vai no sentido de se aprovar, ou não, a internalização do MARC no Município. Em fevereiro de 2015 foi aprovada essa internalização e nessa altura o assunto foi debatido, conforme consta da respetiva ata.

Sei que o atraso colocado pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, relativo aos últimos dois anos, se deve a esta exigência do Tribunal de Contas.

O que está agora em causa, face aos esclarecimentos e às exigências do Tribunal de Contas, é decidir se devemos continuar ou não, a manter a nossa posição.

Estamos convencidos que o plano financeiro negociado pela Autarquia foi o melhor e o mais vantajoso e por essa razão vamos manter a posição que tomamos em 2015 de aprovar esta proposta.

Presidente da junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade – José Joaquim Alves de Lima – depois de cumprimentar os presentes disse o seguinte:

“O que eu disse foi: «tenho os ouvidos sujos» e peço que fique gravado. Relativamente à minha pessoa, tenho cinquenta e oito anos de idade e trinta e sete de serviço profissional e encontrem na minha vida, o que foi aqui dito e que está registado”.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – em resposta à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge disse que lhe ficava bem vir aqui retratar-se mas que, em vez disso, veio dizer uma mentira.

Reafirmo que o que o membro da Assembleia Municipal agora veio aqui dizer não foi aquilo que antes tinha dito.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas.

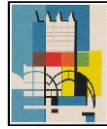
A Senhora deputada Fátima Correia tem razão. Este ano os encargos com os juros são maiores porque em 2014, 2015 e 2016 não se pagou qualquer valor.

Efetivamente, conforme referiu o Senhor deputado Francisco Preto, este assunto já foi analisado e discutido vezes sucessivas, nesta Assembleia Municipal, não só neste mandato como ainda no anterior. Todos os membros deste Órgão já assistiram e participaram na discussão deste assunto.

O que aconteceu foi que houve uma alteração legislativa que proibiu as Câmaras Municipais de darem subsídios às Associações nas quais participam.

Como a receita da Empresa MARC SA não suportava os encargos da dívida, a Câmara Municipal atribuía um subsídio à FLAVIFOMENTO, que por sua vez o incorporava na Empresa e esta pagava à banca. A partir do momento em que não é mais permitido atribuir o subsídio o MARC não teve como assumir os compromissos e a solução passou por extinguir a Empresa.

O que vamos fazer agora com a internalização, atribuindo subsídios, o resultado era o mesmo. A alteração legislativa deixou de permitir mas se permitir a internalização a



Autarquia vai gastar agora mais dinheiro de juros, porque não pagou nada nos anos antes mencionados – 2014, 2015 e 2016. A verdade é que só não foi internalizado porque para isso é obrigatório o visto do Tribunal de Contas e este tem vindo a colocar perguntas sucessivas. Esta foi uma das últimas que nos colocou; que a Assembleia Municipal aprove este valor em dívida, de acordo com o plano de pagamentos.

Porquê só em outubro. Essa data foi apresentada pelo banco, até por uma questão de segurança. Na próxima semana, quando enviarmos o resultado da votação desta Assembleia para o Tribunal de Contas, quem nos garante que o TC vai visar? Ninguém. O Tribunal de Contas pode vir a colocar mais um conjunto de perguntas e se o plano de internalização e de pagamento fosse em junho, por exemplo, podíamos chegar à data e ter de vir de novo a esta Assembleia com um novo plano de pagamentos porque o TC ainda não tinha visado.

Mantendo o spread a pagar, que é o mesmo que está negociado, desde o princípio, se depois de internalizado, chegarmos à conclusão que é caro, vamos fazer com este empréstimo o mesmo que já fizemos com outros. Como a contração do empréstimo está autorizada, abrimos concurso e vamos à banca negociar. Se houver outro banco que empreste mais barato, amortizamos este e temos o assunto resolvido. Neste momento não há outra hipótese. É com esta dívida, com este banco e com este spread e a Assembleia Municipal aprova, ou não. Se não aprova fica o banco o dono do empreendimento.

Senhor deputado Manuel Justino o processo do Mercado Abastecedor teve início com a Câmara de gestão socialista.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 46 votos a favor, 11 abstenções (8 do PS e 1 do MAI e 2 da CDU) e zero votos contra.

PONTO 8 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO. ANO DE 2016 - Para apreciação, discussão e votação ; Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que nesta questão diverge um pouco da posição que foi assumida por alguns Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal. Entendo que neste domínio existe ainda um conjunto de iniciativas que, na minha perspetiva, são insuficientes.

É certo que a prestação de informação tem vindo a melhorar, mas existem áreas em que é preciso melhorar mais, sobretudo na dimensão financeira em que há a tentativa de responder parcialmente, com informação muito extensa que não permite ser contraditada.

Há muito tempo fizemos um pedido nesta Assembleia para nos ser facultada uma lista das ordens de pagamento em que apenas é preciso fazer um print. Mas alguém decidiu que temos de aceder à aplicação informática disponibilizada, para poder consultar. Não é isso que a lei prevê. Nós pedimos uma lista de ordens de pagamento e até hoje não foi disponibilizada.

Também pedimos informação variadas vezes, através da Mesa da Assembleia e a informação que nos foi dada foi sempre insuficiente, designadamente sobre a Empresa das Termas.

Estranho que as considerações sejam tão elogiosas quando, no ranking nacional da transparência, o Município de Chaves esteja no número cento e cinquenta e sete. Se é uma entidade externa que faz a recolha desta informação, a dizer que Chaves desceu de um ano para o outro, dando este lugar em trezentos e oito municípios, acho que há aqui algum tipo de preocupação.

É certo que temos de reconhecer avanços e reconhecemo-los, com certeza, ainda há um caminho a percorrer.



Nélson Paulo Gonçalves Montalvão do **PSD** – fez uma citação de um dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, Eng.º João Adérito de Moura Moutinho, que consta da ata.

...« o Relatório em apreciação merece o meu acolhimento, não tendo sentido ao longo do mandato em curso, qualquer obstáculo à obtenção da informação indispensável ao exercício das minhas funções políticas. Ao longo do mandato tem sido cumprido o Estatuto do direito de oposição, com reflexos positivos num ambiente cordato que tem pautado a realização das reuniões deste Executivo Municipal»

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse que iniciou a sua intervenção dizendo que divergia da opinião expressa de alguns Vereadores da Câmara Municipal.

Como tenho aqui divergências, também tenho divergências internas, dos meus camaradas de partido, dentro e fora. Não penso exatamente o que eles pensam assim como eles não pensam exatamente o que eu penso.

Como membro desta Assembleia tenho algumas considerações que identifiquei e faço os reparos, assim como fiz também algumas validações.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas.

Não era minha intenção intervir neste ponto e o que me levou a fazê-lo é ter sido referido o “ranking” da transparência.

Fica aqui um compromisso meu, perante a Assembleia. Se ganhar as próximas eleições, como espero, em 2018 Chaves vai estar no topo da transparência. Sabem como é que isso se consegue? É a Câmara contratar uma empresa privada para nos prestar esse serviço. Pagar-lhe os honorários respetivos e ele coloca-nos no topo da transparência.

Estamos a falar de uma empresa particular, que se ofereceu para dar assessoria à Câmara de Chaves, para melhorar o seu ranking. Não é nenhum organismo oficial.

Sabem o que é que nos falta para ter o máximo de transparência? É a publicitação, na página oficial, do vencimento do Presidente da Câmara. O vencimento dos Presidentes de Câmara é determinado pela Lei, logo, não precisa de ser publicitado.

Outra coisa que não está na página é o valor das aquisições e das empreitadas, porque está no VORTAL mas isso obrigava a ter um funcionário só para esse serviço. É obrigatório estar tudo no VORTAL e está lá.

Na Câmara de Chaves as regras são cumpridas, temos o escrutínio contínuo do Revisor Oficial de Contas, do Tribunal de Contas, da DGAL, da Inspeção Geral de Finanças, existe completa transparência.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO 9 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES. Para conhecimento:

Intervenções:

Márcia Cristina de Jesus Teixeira do **PSD** - na qualidade de Presidente da CPCJ de Chaves fez a apresentação do Relatório.

Como vem sendo hábito, foi distribuído o Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, bem como a caracterização processual de 2016. A Comissão de Chaves teve um total de 225 processos entrados e foram estes os processos trabalhados no ano de 2016. Esses processos são distribuídos por apenas nove técnicas, que são as pessoas que constituem a Comissão restrita, o que dá um volume processual considerável.

A entidade que mais sinaliza continua a ser a escola, seguida da saúde – Hospital e Centros de Saúde – e a seguir a PSP, com aumento dos crimes de violência doméstica.

Relativamente à faixa etária o maior número de sinalizações situa-se entre os onze e os catorze anos, onde também estão os comportamentos de risco que os jovens assumem, bem como o absentismo e o abandono escolar, seguido dos jovens entre



os quinze e os dezassete anos e depois uma faixa que nos preocupa muito, que vai dos zero aos dois anos.

Aproveito para deixar os números relativos a 2017. Transitaram 59 processos de 2016 e, até esta data a Comissão de Chaves já abriu 42 novos. No dia de hoje, 5 de abril, já temos 101 processos.

Devido a este aumento do número de processos, a Segurança Social decidiu que a técnica que nos dava apoio um dia por semana, num total de sete horas, passou a estar vinte e quatro horas e meia por semana. Passou a ir à Comissão três dias e meio e isto aconteceu em Chaves, Vila Real e Régua que são as Comissões com maior volume processual.

O relatório que foi entregue fala essencialmente na constituição da Comissão e nas entidades parceiras.

A Comissão além de trabalhar estes processos que competem à Comissão restrita, funciona também na modalidade alargada a quem compete trabalhar na prevenção. Mais importante do que intervir posteriormente, é prevenir.

A Comissão de Chaves já no ano passado desenvolveu uma atividade e este ano sentimos, cada vez mais, a necessidade de chegar a toda a população. Trabalhamos muito com as escolas, com os alunos, com os jovens, com as crianças e este ano sentimos a necessidade de passar a nossa intervenção para a comunidade. O mês de abril é o mês da prevenção dos maus tratos na infância e tudo isto começou com a história do laço azul. Foi uma avó que se apercebeu que os netos eram vítimas de violência pelas nódoas roxas que traziam no corpo. Para sensibilizar a população atou uma fita azul à antena do carro e andou assim durante um mês para que as pessoas se questionassem sobre o porquê de trazer aquela fita azul. A Comissão de Chaves contou esta história nas escolas e os Agrupamentos trabalharam com a pré, 1º ciclo e 2º ciclo, contaram a história aos meninos e no final eles fizeram os mais variados lacinhos que posteriormente a Comissão distribuiu pelas lojas e outros organismos da cidade de Chaves.

Paralelamente, fizemos uns separadores com a historinha do laço azul, que deixamos nas lojas para distribuir às pessoas para que se interroguem e tenham consciência que tem de denunciar os maus tratos.

No jornal de notícias de ontem vinha um artigo que vou ler, porque traduz muitos sinais de alerta a que todos devemos estar atentos. “Entrar para a escola mudou a vida à Mónica, uma menina de seis anos. Demasiado magra, demasiado macilenta, demasiado apática para a idade. Logo no primeiro dia de aulas uma professora do Bairro Social Padre Cruz, em Lisboa, estranhou o apetite fora do comum da criança que até a sopa repetiu mas foi só no terceiro dia que uma funcionária lhe perguntou porque lhe custava a andar, depois de reparar que mal conseguia por os pés no chão.

Caí sem querer. Não tenho nada, ouviu à laia de resposta. Só quando lhe levantou a cara deu com as mazelas. Eram nódoas negras na testa, as costas vermelhas com sangue espalhado, e peladas na cabeça, escondidas pela forma como estava penteada.

Caí já te disse estúpida, caí sem querer, repetiu a criança cada vez mais agressiva até agarrar nos objetos que tinha à mão e atirar com tudo ao chão. Apesar do calor daquele dia de setembro de 2015, estava de legues, camisola de manga curta e dois casacos abotoados que não deixava tirar.

Quando as polícias da escola segura levaram Mónica, (nome fictício) para o hospital, os exames médicos revelaram um filme de terror que durava há mais de quatro anos. Tinha equimoses por todo o corpo, de vários tons e texturas, consoante a altura em que haviam sido feitas e se algumas eram de quedas que tinha dado, outras indicavam agressões, como se tivessem batido com ela contra uma parede, observou uma técnica do gabinete de apoio ao aluno e à família daquela escola. Também tinha



cortes nos pés. Apresentava um atraso global no desenvolvimento e a sua magreza excessiva e olhos encovados denunciavam as violações a que havia estado sujeita. Havia de se descobrir que o cenário era ainda pior do que se podia imaginar.

Enquanto morou com a mãe, na altura com 28 anos e com o seu companheiro de 27, operário da recolha do lixo, Mónica vivia, por norma, enclausurada, de castigo no quarto, divisão onde as persianas estavam sempre corridas por se terem estragado, com uma televisão que não funcionava e sem um único brinquedo.

Os insultos eram constantes. A mãe chamava-lhe “mijona”, “cagona” e “porca”. Mandava-a para o quarto quando ela não queria comer. Não a deixava conviver com outras crianças.

No Natal de 2014 Mónica ficou naquela divisão uma semana inteira. Não foi sequer autorizada a descer à sala para abrir as prendas. O casal tinha tido uma filha mais nova, cujo quarto enchera de brinquedos. A 28 de dezembro permitiram que Mónica interrompesse o castigo para cantar os parabéns à meia-irmã que fazia anos nesse dia. Mandaram-na regressar ao quarto às escuras sem lhe darem sequer uma fatia de bolo.

A menina havia de contar mais tarde, a uma educadora social, que chegava a ir para as escadas espreitar para ver se a mãe e o padrasto também batiam à meia-irmã. A vizinhança chegou a perguntar porque é que a Mónica não vinha à rua. O cantoneiro respondia o mesmo que aos seus pais e avós e interessados na menina, que não era pai dela e que quem mandava era a mãe. Porém, a falta de parentesco não lhe serviu de nada, há cerca de um mês, quando foi condenado, no Campus de Justiça em Lisboa, a cinco anos de prisão efetiva, por violência doméstica. Uma pena igual aplicada à mãe de Mónica e a máxima para punir este crime. Foi um julgamento emotivo. Sentado no banco dos réus o padrasto chorou em todas as sessões, admitindo culpas enquanto a progenitora se mantinha impassível e em silêncio.

A Juíza explicou que ao privarem Mónica de contactar com terceiros, nomeadamente familiares e outras crianças, bem como de alimentos e de luz solar, os arguidos tinham sujeitado um ser inocente e desprotegido a um tratamento cruel e desumano. Impediram-na de se desenvolver física e psicologicamente visando criar permanente medo e um clima de terror. Escreve a sentença que obriga os arguidos a indemnizarem a criança em dez mil euros e a pagar o seu tratamento hospitalar.

Nem a desculpa do padrasto que não andava bem, devido ao consumo de álcool e estupefacientes, convenceram a magistrada que o acusou de agir com crueldade. Ficou provado em tribunal que lhe partiu uma colher de pau no corpo, à pancada, e que a companheira reagiu a isso dizendo que ia buscar outra.

Não conheço nenhum outro caso em que tenha sido aplicada a pena máxima por maus tratos a crianças que configurem violência doméstica diz o Procurador Norberto Martins, com basta experiência quer em casos envolvendo famílias e menores, quer na área do crime, que considera os cinco anos de cadeia um castigo que não podia ser mais exemplar.

Os julgadores têm de levar em linha de conta não apenas as consequências do ato criminoso e o grau de culpa, de quem pratica o crime, como também a necessidade de dissuadir a prática dos crimes. Esta pena é o sinal dado à comunidade que este tipo de crimes não é tolerável. Observa.

No ano passado o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses detetou, nas perícias que fez a menores, indícios de maus tratos provocados por pais e mães em quatrocentos e dezasseis casos, 53,6% dos quais sobre raparigas. O maior número de ocorrências registou-se em vítimas entre os catorze e os dezassete anos”. Infelizmente isto que acabei de ler acontece se calhar, todos os dias e às vezes perto de nossa casa.



Não calem. Denunciem junto da Comissão, das autoridades locais, das Juntas de Freguesia, nem que seja anonimamente. Depois nós cá estaremos para investigar se é ou não verdade e a gravidade da situação.

O **Senhor Presidente da Mesa** pediu autorização à Assembleia para dar continuidade aos trabalhos, dado que o tempo regulamentar esgotou.

Foi concedido.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse que este assunto é demasiado sério para ser deixado, sistematicamente, para os últimos pontos da Ordem de Trabalhos. Como é que gastamos tanto tempo a discutir coisas tão irrelevantes e empurramos para o fim, temas tão importantes.

Nós temos uma taxa de natalidade muito baixa. Estamos com o número mais baixo de nascimentos de sempre. Tivemos uma pequena recuperação de 2015 para 2016 e mesmo assim muito baixa. A percentagem de crianças que nascem em famílias instáveis é cada vez maior. Estamos a criar uma geração de muito poucas crianças e as que existem tem uma percentagem de pais com problemas sociais.

Esta é uma história social de miséria, mas a violência familiar está longe de se restringir às situações de pobreza, embora, provavelmente, seja mais frequente nestas situações.

Refiro aqui mais uma vez que temos um problema sério com a comunidade cigana, a nível de país. É uma questão muito delicada que tem de ser enfrentada pelos autarcas nacionais, pelo governo, pelas instituições. Tem de haver uma intervenção nessa área.

Sobre a questão das CPCJ há um artigo notável de um Rui Marques, que até foi meu colega de curso na faculdade, que mostra que ninguém quer saber das CPCJ, ninguém as quer ouvir. São colocadas para o fim. Mas se um dia falham passam a ter a culpa de tudo. Podem ter sido eficazes em noventa e nove vezes, mas falharam uma, mesmo que não tenham recursos, toda a gente lhe aponta o dedo.

A Assembleia tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 10 – CONSTITUIÇÃO DE DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA CONSTRUÇÃO DE UM ECOMUSEU, SOBRE O PRÉDIO DENOMINADO “QUINTA DA FREIXEDA”, SITO EM FREIXEDA, FREGUESIA DE VIDAGO (UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VIDADGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS), CONCELHO DE CHAVES. SUPERFICIÁRIO: VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA Nº 35/GAP/2017. Para apreciação, discussão e votação;

Intervenções:

Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras – Rui Manuel Branco Rodrigues – cumprimentou os presentes e disse que este contrato de direito de superfície da Quinta da Freixeda, para a Vidagus Termas, tem a ver com a gestão desse mesmo espaço.

A Associação Vidagus Termas foi constituída em 2008 e é composta por Freguesias da Ribeira de Oura, comerciantes hoteleiros de Vidago e pelo Município e, na altura, a sua constituição teve como objetivo a candidatura do Balneário Termal de Vidago.

A Vidagus Termas tem um papel importante sobretudo na dinamização turística da Vila de Vidago. Este projeto da Quinta da Freixeda é um espaço com oito hectares de terreno, que está localizado na Avenida 20 de julho e a intenção é instalar ali o edifício principal do Ecomuseu da Região de Vidago onde se pretende expor todo o acervo existente à volta de Vidago. Este será o polo principal a partir do qual serão criados outros polos nas localidades vizinhas.

Para desenvolver todo este conjunto de atividades certificamos três trilhos pedonais e ciclizáveis, um dos quais já está implementado e que é o trilho da Ribeira de Oura.



Fizemos candidatura para poder implementar os outros dois trilhos, com o objetivo de criar uma rede de ligação entre todas as localidades, não só da freguesia de Vidago mas de todas as freguesias vizinhas da Ribeira de Oura.

Fizemos também uma candidatura à reflorestação de todo o espaço da Quinta da Freixeda com o objetivo de ter ali várias espécies para que quem nos visita e as pessoas locais possam caminhar nos trilhos dentro da quinta. Na parte baixa da quinta vamos instalar um parque de merendas. Já lá instalámos um pré-fabricado que tinha sido doado pela UNICER e que era a antiga cantina dos funcionários. Na parte superior vamos instalar o Ecomuseu.

O papel da Vidagus Termas é muito mais do que o Ecomuseu. Assinamos um Protocolo com a Câmara, como entidade responsável pela gestão da Casa Museu Júlio Vieira, que neste momento está em condições de fazer a instalação da obra do pintor João Vieira. Para além disso vamos ter a funcionar na sede da Associação, localizada junto ao Balneário Termal, o Posto de Turismo para divulgação do produto de Vidago.

Entretanto o Turismo do Porto e Norte decidiu encerrar o Posto de Turismo de Vidago e ficamos com a responsabilidade de divulgar tudo o que temos para oferecer, na sede da Vidagus Termas. Vamos instalar também ali uma loja de produtos regionais para que quem nos visita possa adquirir tudo o que temos para oferecer não só ao nível dos vinhos, como do mel, do artesanato e desta forma vamos suprir uma lacuna que Vidago tem ao nível da oferta turística.

O grande objetivo futuro é poder ligar toda a zona de acesso ao parque de Vidago e ao Balneário, através da Ribeira de Oura, com passagem junto à escola 1,2,3 e Quinta da Freixeda.

Entendo que estão criadas as condições para a Vidagus Termas ter um papel importante não só na promoção turística de Vidago, mas ao mesmo tempo poder oferecer, a quem nos visita, e mostrar o destino termal que somos.

Lançámos o novo site onde se pode aceder a toda a informação turística e onde vai estar toda a informação referente ao destino. «Vidagustermas.com». Nesta fase já tem alguma informação importante sobre o destino e com certeza que no futuro terá ainda mais relevância. Temos prevista a criação de uma loja de produtos regionais on line que irá permitir que as pessoas possam adquirir através da internet.

Para além disso elaborámos uma candidatura ao Património Cultural dentro do Programa Portugal 2020, que ultrapassa os quinhentos mil euros. Parece que houve muitas candidaturas e a probabilidade de financiamento não será aquela que esperaríamos.

Temos a informação que a candidatura à reflorestação da quinta já se encontra aprovada, embora nos tenham comunicado que não há dotação financeira o que muito nos surpreende. Num dos telefonemas que fiz para Lisboa tive de dizer à Senhora que me atendeu que não conseguimos perceber como é que se anda sempre a dizer na comunicação social que este Quadro Comunitário está com fraca execução e temos candidaturas aprovadas mas não há financiamento para poder executar os projetos.

O Ponto que vem a seguir é um Contrato Programa a celebrar com a Câmara Municipal no sentido de apoiar a execução do programa que temos traçado para 2017, que ultrapassa os cento e vinte e cinco mil euros, sendo que o apoio do Município será de cinquenta e cinco mil euros.

Este apoio tem como finalidade implementar toda esta rede de o funcionamento do Ecomuseu, da Casa Museu João Vieira, e do próprio Posto de Turismo em funcionamento.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade.



PONTO 11 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A ASSOCIAÇÃO VIDAGUSTERMAS – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERMAL E TURÍSTICO DE VIDAGO. PROPOSTA Nº 36/GAP/2017. Para apreciação, discussão e votação;

Intervenções:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que a proposta refere um Relatório de Atividades no orçamento que a acompanha e não acompanha.

Eu não tinha percebido como é que se chegava a cinquenta e cinco mil euros mas com esta explicação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago que diz que o orçamento referente ao conjunto de atividades que estão previstas, tem um valor muito superior e já percebo o papel do Município, bem como os dos demais parceiros.

Gostaria que me fizessem chegar esse documento que é muito importante.

A proposta em análise é oportuna, é relevante e o interesse comum das populações justifica esta intervenção que Vidago precisa e merece. Esperamos que os projetos sejam bem executados e que sejam um sucesso porque é preciso restaurar em Vidago, a grandeza de outrora.

Presidente da Junta de Freguesia de Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras – Rui Manuel Branco Rodrigues informou que o Plano de Atividades foi enviado junto com o pedido para o Município e é pena que não esteja anexo à proposta.

Disse que se vai ausentar da sala porque não votará esta proposta já que é o Presidente da Vidagus Termas.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 12 – APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. - BASE LEGAL – ALÍNEAS U) E V), DO N.º 1, DO ARTIGO 33º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E ULTERIORES ALTERAÇÕES; - ARTIGOS 99º E SEGUINTE DO CPA. PROPOSTA Nº37/GAP/17.

Intervenções:

António José dos Santos do PSD – cumprimentou os presentes e disse que o Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência devia ser chamado de Cartão Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência.

Vou ler uma história sobejamente conhecida para fazer o enquadramento deste assunto cujo texto se chama “Bem-vindo à Holanda”.

«Frequentemente sou solicitada a escrever a experiência de dar à luz uma criança com deficiência numa tentativa de ajudar pessoas que não têm com quem partilhar esta experiência única, entendê-la e imaginar como é vivenciá-la. Seria como ter um bebé e como planear uma fabulosa viagem de férias para a Itália. Você compra montes de guias e faz planos maravilhosos; o Coliseu, o David, Miguel Ângelo, as gôndolas em Veneza. Você pode até aprender algumas frases em italiano. É tudo muito excitante.

Após meses de antecipação chega o grande dia. Você arruma as suas malas e embarca. Algumas horas depois você aterriza. O comissário de bordo diz bem-vindo à Holanda.

Holanda? Diz você. O que quer dizer com Holanda? Eu escolhi Itália. Eu devia ter chegado a Itália. Toda a minha vida sonhei conhecer a Itália.

Mas houve uma mudança no Plano de voo. Vocês acabaram de aterrar na Itália e é aí que devem ficar. A coisa mais importante é que não aterraram num local horrível, desagradável, cheio de pestilência, fome ou doença. É apenas um lugar diferente. Logo você deve sair e comprar novos guias, deve aprender uma nova linguagem e irá encontrar todo um novo grupo de pessoas que nunca encontrou antes. É apenas um



lugar diferente. É mais baixo e menos ensolarado que a Itália, mas após algum tempo você pode respirar fundo, olhar ao redor e começar a notar que a Holanda tem moinhos de vento, tulipas, e até Rembrandt e van Gogh.

Mas todos os que você conhece estão ocupados. Indo e vindo da Itália estão sempre comentando sobre o tempo maravilhoso que passaram lá. E por toda a sua vida você dirá: sim era onde eu gostaria de estar. Era tudo o que eu havia planejado e desejado e a dor que isso causa nunca irá embora porque a perda que se sonha é uma perda extremamente significativa.

Porém, se você passar a sua vida toda a remoer-se pelo facto de não ter chegado a Itália, nunca estará livre para apreciar as coisas belas e muito especiais sobre a Holanda».

Li este texto porque a primeira vez que o ouvi achei-o maravilhoso e para quem não o conhecia gostei de o compartilhar só para perceber que há pessoas que têm essa sensibilidade para olhar para aqueles que realmente gostariam de estar num país e tiveram que aterrar num outro. É para essas pessoas que por vezes não têm voz, que a Câmara Municipal está atenta e para isso propôs o Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência, que era uma promessa que já vinha de algum tempo.

Venho aqui reconhecer que é um trabalho extremamente positivo. É de grande dignidade trabalhar para aqueles que por vezes não têm voz, mas que não são menos que os outros e por isso devem ter os mesmos direitos. Apenas são diferentes.

Chamar deficientes a estas pessoas não é justo. Eles são portadores de uma deficiência mas certamente, em cada um de nós também há muitas deficiências e por isso devemos olhar para eles apenas como pessoas, que são diferentes, mas que tem potencialidades muitas das vezes, muito maiores que as nossas que nos sentimos normais.

Eu que lido diariamente com estas crianças gostaria de ter muitas das capacidades que eles têm. Temos é de reconhecer que eles têm muito valor e a Câmara está atenta a isso.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 13 – TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE POR QUOTAS “EMPREENDEMENTOS EÓLICOS DE VIADE, LDA.”, PARTICIPADA PELO MUNICÍPIO, NUMA SOCIEDADE ANÓNIMA. PROPOSTA Nº 41/GAP/17;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta.

Como se recordam a participação da Câmara nesta Empresa, foi autorizada pela Assembleia Municipal e decorre da Lei que não permite às empresas intermunicipais, como é o caso da EHATB, ter capital participado noutras empresas.

Então a EHATB ou comprava a maioria do capital desta empresa, coisa que o acionista maioritário não concordou, ou vendia totalmente, ou passava para os seus acionistas, que são os municípios.

A Assembleia Municipal autorizou que a Câmara assumisse um sexto da participação da EHATB nesta empresa, que era uma empresa minoritária. Os acionistas entenderam, maioritariamente, transformar a Empresa “Empreendimentos Eólicos de Viade Lda” numa sociedade anónima e a Câmara Municipal de Chaves ou se associa ou tem de vender o capital, porque o acionista maioritário tem esse poder de decisão. Unanimemente os municípios entenderam anuir à transformação da empresa numa sociedade anónima, sendo certo que não há incorporação de capital porque as reservas da empresa são incorporadas no capital social, continuando os municípios com a mesma percentagem sem incorporar mais capital.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade.



PONTO 14 - RECONSTRUÇÃO E REMODELAÇÃO DE IMÓVEL – REQUERENTE: DELMINO REIS MORAIS. LOCALIZAÇÃO: RUA DE S. JOSÉ Nº 17 – MADALENA. PROCESSO Nº 98/10 – REQUERIMENTO Nº 44/2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 28/DSCH/2017. Para apreciação, discussão e votação;

Não vou intervenções:

Posta à votação esta Proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 15 - RELATÓRIO E CONTAS DA EHATB. ANO DE 2016.

Intervenções:

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro perguntou qual foi o montante transferido para entidades, que não os municípios, a nível de donativos.

Há o valor que está lá inscrito como donativo e tudo o que sai para os municípios sai como donativos. É um valor que tem uma expressão financeira relevante e gostaria de saber quem é que no caso de Chaves recebeu e que montante.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à questão que lhe foi colocada pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro.

Não sei com rigor o valor desses donativos, mas anda à volta dos trezentos mil euros.

A Associação Voz da Juventude, como IPSS recebeu à volta de vinte mil euros, e o restante foi transferido para as Juntas de Freguesia.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos termos do disposto no artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua excecutoriedade imediata.

Depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda o **Senhor Presidente da Mesa**, em exercício, agradeceu a paciência de todos e pediu desculpa para alguma falha que eventualmente possa ter cometido. Em seguida deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, às 20,30 horas, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, _____ que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____